

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS CHAPECÓ PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH MESTRADO EM HISTÓRIA

GUILHERME LUÍS ADAMCZYK

MEMÓRIAS SOBRE A DITADURA MILITAR NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: O DESTACAMENTO VOLANTE DA BRIGADA MILITAR (1964)

CHAPECÓ

2018

GUILHERME LUÍS ADAMCZYK

MEMÓRIAS SOBRE DITADURA MILITAR NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: O DESTACAMENTO VOLANTE DA BRIGADA MILITAR (1964)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw.

Adamczyk, Guilherme Luis

Memórias sobre ditadura militar no norte do Rio Grande do Sul : o destacamento volante da brigada militar (1964) / Guilherme Luis Adamczyk. -- 2018.

74 f.: il.

Orientador: Antonio Marcos Myskiw.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

 Golpe de 1964.
 Ditadura.
 Destacamento volante.
 Myskiw, Antonio Marcos, orient.
 Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
 Título.

> Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Chapecó – UFFS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E Centro, Chapecó, SC - Brasil Caixa Postal 181

CEP 89802-112

GUILHERME LUÍS ADAMCZYK

MEMÓRIAS SOBRE DITADURA MILITAR NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: O DESTACAMENTO VOLANTE DA BRIGADA MILITAR (1964)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História, sob a orientação do Prof. Dr. Antunio Marcos Myskiw.

Esta dissertação de mestrado foi defendida e aprovada pela banca em:

13/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw - UFFS (Orientador)

Prof. Dr. Mateus Gamba Torres - UNB

Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti - UFFS

AGRADECIMENTOS

Durante estes dois anos de pesquisa muitas pessoas colaboraram para que ela se concretizasse.

À CAPES e ao povo brasileiro que me possibilitou estudar com bolsa, viabilizando o projeto de pesquisa. Espero poder contribuir e dar um retorno à sociedade.

Agradeço ao professor Antonio Myskiw pelas orientações sempre precisas.

Ao professor Mateus Gamba Torres e à professora Isabel Gritti por e pelas contribuições desde a qualificação que enriqueceram o trabalho.

Aos colegas de turma pelos debates na maioria das vezes pertinentes, em especial ao Wagner Pereira pela parceria desde os tempos de graduação.

Aos professores que ministraram as disciplinas do PPGH pela capacidade de iluminar nossas ideias e nos fazer compreender o que é a pesquisa.

À UFFS e a todos que lutaram pela sua criação e consolidação.

À minha família que nos momentos bons e ruins esteve comigo.

"Toda luta de resistência se faz em primeira instância, em defesa da legalidade, da democracia e dos direitos humanos. Ela é uma forma de luta típica dos momentos de quebra de legalidade. Quem resiste o faz em nome de determinados valores que o Ocidente consagrou como universais". (ARAÚJO, 2000, p. 123.)

RESUMO

Entre o dia 31 de março e 1º de abril de 1964, é deflagrado o golpe civil-militar que tirou João Goulart da presidência da república do Brasil. Ainda nos primeiros momentos após a "revolução", assim chamada pelos conspiradores, o governo iniciou o que seria uma prática recorrente durante o regime militar: perseguição, repressão e tortura. Tendo em mente a posição geográfica e estrategicamente importante do estado do Rio Grande do Sul, justamente por ser uma zona de fronteira, berço do trabalhismo e onde se encontravam muitos Grupos dos Onze, se teve uma grande atenção em relação a ele. Houve opositores ao governo militar em diversos pontos do país, não estando excluído deste cenário o norte do Rio Grande do Sul. Muita se fala que em cidades menores e no interior do Brasil não houve tanta repressão, no entanto, logo após o Golpe, começa a operar em Erechim Destacamento Volante da Brigada Militar, fazendo uma espécie de patrulha ideológica na região, prendendo e impondo maus tratos aos considerados subversivos. Os processos de indenização consultados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul nos permitiram ter acesso à memoria de ex-presos políticos, familiares e testemunhas dos fatos, sendo possível, juntamente com o cruzamento de estudos da historiografia sobre o tema, fazer uma análise daqueles acontecimentos, e deste modo construímos um retrato-narrativa do que foi o modusoperandi do Destacamento Volante enquanto responsável por identificar e reprimir qualquer suspeita de oposição ao Golpe A maior preocupação das forças policiais naquele momento eram os Grupos de Onze, e a atuação do Destacamento Volante da Brigada Militar, era sempre parecida: chegava nas residências intimidando os moradores, revistava toda a casa a procura de armas ou material considerado subversivo, prendia o acusado, além de humilhar e por vezes agredir o restante dos familiares. Após a prisão, nas delegacias ou nos presídios, aconteciam os interrogatórios a base de torturas físicas e psicológicas, em alguns casos durante alguns dias, em outros durante semanas. Após liberados, estes cidadãos deveriam se apresentar semanalmente às autoridades e assinar uma espécie de livro ponto e seguiam sendo vigiados por tempo indeterminado.

Palavras Chave: Golpe de 1964 – Ditadura – Destacamento Volante

ABSTRACT

Between March 31 and April 1, 1964, the civil-military coup that took João Goulart out of the presidency of the Brazilian Republic was launched. Even in the first moments after the "revolution", so called by the conspirators, the government began what would be a recurring practice throughout the military regime: persecution, repression and torture. Bearing in mind the geographically and strategically important position of the state of Rio Grande do Sul, precisely because it was a frontier zone, the cradle of labor and where many groups of the eleven were found, one had great attention in relation to it. There were opponents of the military government in several parts of the country, not being excluded from this scenario the north of Rio Grande do Sul. Much is said that in smaller cities and in the interior of Brazil there was not so much repression, however, soon after the coup, to operate in Erechim Detachment Volante of the Military Brigade, making a kind of ideological patrol in the region, arresting and imposing mistreatment to the considered subversives. The indemnification processes consulted in the Public Archive of the State of Rio Grande do Sul allowed us to have access to the memory of ex-political prisoners, relatives or witnesses of the facts, it being possible, together with the crossing of studies of the historiography on the subject, to make an analysis of those events, and in this way we constructed a portraitnarrative of what was modus-operandi of the Detachment Steering wheel as responsible for identifying and repressing any suspicion of opposition to the coup The greatest concern of the police forces s at that time were the Groups of Eleven, and the action of the Military Brigade's Volunteer Detachment was always the same: arriving in the homes intimidating the residents, searching the whole house for weapons or material considered subversive, arresting the accused, and humiliating and sometimes assault the rest of the family. Following arrest, in police stations or prisons, interrogations were carried out on the basis of physical and psychological torture, in some cases for a few days, sometimes for weeks. After being released, these citizens should report weekly to the authorities and sign a sort of point book and continue to be monitored indefinitely.

Keywords: 1964 Coup - Dictatorship - Detachment Steering Wheel

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1: Processo de indenização a preso político.
- Figura 2: Capa do jornal Última Hora sobre o comício da Central do Brasil.
- Figura 3 Ildo Meneghetti em Passo Fundo no quartel do 3º Regimento de Polícia Montada. (1964).
- Figura 4: Ildo Meneguetti retornando de carro a Porto Alegre.
- Figura 5: Apresentação ao Governador Ildo Meneghetti do Batalhão volante da Brigada Militar. 12-5-1964.
- Figura 6: Mapa do Rio Grande do Sul.
- Figura 7: Jornal A Voz da Serra. 19 de maio de 1964.
- Figura 8: Boletim informativo das realizações e episódios principais do Comando Geral da Brigada Militar durante o exercício de 1964
- Figura 9: Jornal A Voz da Serra. 30 de agosto de 1964.
- Figura 10: Relação de CPI's do ano de 1964.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12	
1.	O GOLPE QUE DERRUBOU JANGO	19	
	1.1 O GOLPE NO SUL DO BRASIL	28	
	1.2 OPERAÇÃO FARROUPILHA	24	
	1.3 OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS	34	
2.	CENÁRIOS DO GOLPE NA REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE	DO	
	SUL	35	
	2.1 O DESTACAMENTO VOLANTE DA BRIGADA MILITAR	39	
	2.2 A CHEGADA DE GONÇALINO À REGIÃO	41	
	2.3 A CPI	48	
3.	MEMÓRIAS DE PRESOS POLÍTICOS NO ALTO URUGUAI	52	
	3.1 OS DETIDOS	54	
	3.2 INTERROGATÓRIOS E VIOLÊNCIAS	57	
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66	
RI	EFERÊNCIAS69		
FC	FONTES74		

INTRODUÇÃO

Na última semana do mês de maio de 2018, teve início uma paralização dos caminhoneiros (ou de associações de caminhoneiros e transportadoras de cargas) com uma pauta clara: redução no preço do diesel, aplicação de uma tabela de preço mínimo do frete e pedágios mais baratos. Na medida que a paralização tomou fôlego, novas pautas surgiram, dentre elas, pedidos de "Intervenção Militar" no Brasil. Alguns grupos de caminhoneiros defendiam a tomada do poder pelos militares, porém, grupos independentes e até mesmo Associações Comerciais e empresários de distintos ramos de atuação pegaram carona na paralização para ampliar o coro de vozes, bandeiras, faixas, postagens nas redes sociais e buzinaços pela intervenção dos militares contra o desgoverno do presidente interino. No entender deles, essa era a única alternativa viável para sair da crise econômica, política e social vivida pelo Brasil na atualidade.

É triste ver e ouvir a população (sobretudo a classe média), e não só caminhoneiros, pedir "Intervenção Militar". Conscientes ou não, se negam a revisitar as memórias da Ditadura Militar, encerrada a pouco mais de trinta anos. Alguns vão mais longe: se negam a aceitar que a Ditadura Militar, de fato, existiu; se existiu, que não teria sido tão ruim mediante uso da alcunha de "Ditabranda". Trata-se de uma agressão à memória e à história de milhares de pessoas que viveram, sofreram e morreram defendendo ideais diferentes dos agentes do Estado naquela época. Trata-se de uma estratégia política com o objetivo de provocar o silêncio, o esquecimento e amnésia social sobre o tema Ditadura Militar, aumentando ainda mais a missão do historiador, sobretudo aqueles que dedicam-se ao estudo do tema, em pesquisar, escrever, publicar e falar ao público as várias faces da Ditadura Militar, quer no Brasil ou na America do Sul.

As memórias sobre a Ditadura Militar são um campo de disputas políticas, cujo embate entre o lembrar e o esquecer está presente. O que lembrar e esquecer? A quem interessa manter viva determinadas lembranças e outras sob silêncio ou "guardadas" em arquivos. Existe um jogo de força entre memória e poder. Ou, como bem diz Mário Chagas: "Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória

implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável". ¹

Escolher o que lembrar e esquecer (e por quanto tempo) é uma ação política. Eis um exemplo. Quando realizamos pesquisa documental junto ao Memorial do Legislativo de Porto Alegre, localizamos nos registros de pesquisa temática o processo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), datada de 1964, que tinha por objetivo apurar irregularidades na atuação do Destacamento Volante da Brigada Militar sob comando do Coronel Gonçalino Curio de Carvalho. A existência deste corpus documental era, para a pesquisa que realizamos, uma descoberta sem igual. Primeiro, pelo fato de ser documentação mencionada mas nunca explorada por pesquisadores. Segundo, por propiciar o acesso a documentos produzidos por não militares (ou seja, por uma Comissão Parlamentar, em pleno Regime Militar) sobre os supostos excessos cometidos contra civis. Ansioso para por as mãos na documentação, entregamos os dados de catalogação para o arquivista localizar e trazer para a sala de consulta e pesquisa. Algum tempo depois, o arquivista veio até mim, sem nada nas mãos. Informou-me que não havia conseguido localizar o processo na prateleira em que deveria estar; que o processo, de forma equivocada, poderia ter sido guardado em outro fundo documental. Nossa ansiosidade cedeu lugar ao desânimo. Algum tempo depois, vieram-se as indagações: A quem interessava tal extravio? Quem foi a última pessoa a fazer uso do processo? Estaria em posse de outro pesquisador, mais "querido" dos arquivistas e da equipe de gestão do Memorial do Legislativo?

A constituição de acervos e fundos documentais sobre a Ditadura Militar (bem como sua manutenção) por distintas instituições de caráter público ou privado, faz parte de uma decisão política. Política de preservação da memória, mas não de toda memória existente sobre a Ditadura Militar. Em algum momento, recente ou não, houve uma seleção de documentos, que, mais tarde, vieram a formar os fundos e acervos documentais. Outros documentos foram descartados, seguindo orientações e resoluções do Conselho Nacional de Arquivos. O acesso aos fundos documentais foi, durante algum tempo, de acesso restrito a pesquisadores credenciados (historiadores, advogados...) com a finalidade de levantar informações para fundamentar ações judiciais com vistas a indenização de pessoas por terem

_

¹ CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs). Memória e patrimônio : ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 141.

sido incluídas como "Anistiadas Políticas". Com a promulgação da Lei de Acesso à Informação, em dezembro de 2011, o acesso passou a ser irrestrito.

A memória sobre a Ditadura Militar foi (e ainda é) uma construção e, como tal, assim como a memória humana, é fruto de um trabalho ora individual, ora coletivo, ora social. Submetido à entrada em cena de novos atores sociais e mudanças de contexto social, político, econômico e cultural, essas memórias podem vir a ser objetos de maior atenção ou serem relegadas ao esquecimento, na medida em que podem tanto aproximar e unir pessoas e grupos, como produzir conflitos. Tzvetan Todorov (2000) adverte que o esquecimento pode ser um elemento negociável e fonte de conflito. Atrelado à memória, o esquecimento faz parte do jogo de poder e resistência, interagindo de forma dialética num movimento pendular de conservação ou supressão.² Por não serem estáticas, as relações de poder e resistência ao poder constituído podem dar origem a novas leituras e, por extensão, provocar transformações nos sentidos do passado. Acontecimentos e documentos selecionados no passado podem ser esquecidos e/ou acontecimentos e documentos antes irrelevantes podem se tornar relevantes para compreender o passado sob novo ângulo de abordagem, sinaliza Elizabeth Jelin (2002, p. 69).³

Outra reflexão necessária ao estudo sobre Ditaduras Militares (e que liga-se ao tempo presente, em particular a aqueles que desejam a "Intervenção Militar Já!") é o fato de que as novas gerações de pessoas pouco ou nada sabem a respeito desses regimes autoritários. Como esquecer algo que não lhes foi transmitido (ou se foi, de forma fragmentada e passageira nos bancos escolares)? É importante estudar as Ditaduras Militares e construir canais e mecanismos visando socializar, divulgar e chamar a atenção da sociedade para, aos poucos, tornar-se memória a ponto de o passado, antes longínquo, vir a ter sentido no tempo presente. Para Jeanne Marie Gagnebin⁴ essa luta é necessária, pois não só a tendência a esquecer é forte, mas também há a vontade, o desejo de esquecer. Não saber, não querer saber, "fazer de conta" que não sabe, negar o que sabe, são outras formas de esquecimento. (2006, p. 101)

Quando cogitamos elaborar um projeto de pesquisa tendo como recorte temático a Ditadura Militar no Brasil, acreditávamos que sua relevância estaria ligada à ideia de que,

² TODOROV, Tzvetan. Los abusos de la memoria. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.

³ JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria . Madrid: Siglo XIX de España Editores, Social Science Research Council, 2002. (Colección Memorias de la Represión).

⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006.

mesmo após mais de 50 anos do Golpe civil-militar de 1964, ainda existiam muitas lacunas e resquícios daquela época pouco estudadas ou por serem explorados. A presente dissertação, intitulada *Memórias sobre a Ditadura Militar no norte do Rio Grande do Sul: o Destacamento Volante da Brigada Militar (1964)*, traz a tona fatos até hoje desconhecidos por parte da população brasileira. Não há pretensão de esgotar o debates e interpretações, mas lembrar e refletir sobre fatos e acontecimentos que causaram seqüelas físicas, morais e psicológicas em centenas de pessoas envolvidas nestes eventos, carregando a mancha do autoritarismo que ainda paira em torno da História do Brasil. Todo o movimento que culminou em uma ditadura, com suas rupturas e continuidades, peculiaridades e obviedades, nos oferece distintas abordagens sobre o tema. Se por um lado existem aqueles que nutrem um saudosismo daquele tempo, por outro lado, existem aqueles que sentiram a força de um Estado de exceção.

Atrelado a linha de pesquisa "História dos movimentos e das relações sociais" do Programa de Pós Graduação em História – PPGH/UFFS, este estudo se dispõe a fazer uma discussão que aponta para questões relacionadas às diferentes formas pelas quais os sujeitos sociais se constituem, se relacionam, atuam e constroem a ordem social, aprofundando estudos sobre os contextos históricos da produção dos discursos políticos e ideológicos, e a análise de estratégias de dominação e resistência.⁵

O que nos interessa aqui é a maneira como o golpe civil-militar chegou até o Sul do Brasil, mais precisamente, à região norte do estado do Rio Grande do Sul, que é a delimitação espacial estabelecida. Quanto ao recorte temporal, foi estabelecido o ano de 1964 em função dos fatos e documentos que exploraremos, mas podendo, em determinadas partes do estudo, avançar ou retroceder um pouco no recorte temporal com a finalidade de contextualizar e melhor compreender os acontecimentos passados e futuros ao objeto de pesquisa.

Perceber o processo de "interiorização" do Golpe de 1964, desde sua conspiração e efetivação a partir de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, desembocando no Rio Grande do Sul como um cenário de resistência e a culminância com os generais chegando ao poder, é o fio condutor do primeiro capítulo. O objetivo é fazer uma contextualização, expondo qual era o cenário político do país, apontando os motivos e uma cronologia do Golpe.

_

 $^{5\} http://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/cursos/mestradoch/mestrado-em-historia/linhas-de-pesquisa$

No segundo capítulo, faremos um conjunto de reflexões apresentando o cenário histórico e social da região norte do Rio Grande do Sul, assim como uma análise do que era e como operava o Destacamento Volante da Brigada Militar, sob o comando do Coronel Gonçalino Curio de Carvalho, as suas entrevistas à imprensa de Erechim e os desdobramentos de suas atividades. Apesar de não muito vasta, existem algumas pesquisas acadêmicas que tratam deste tema e adentram na temática e objeto de nossa pesquisa, como o livro de Marli de Almeida Baldissera "Onde estão os Grupos de Onze?" (2005), a monografia "História da Resistência em Erechim, Gaurama e Viadutos entre 1964 e 1965" (2006), de Carolina Detoffol e o livro do ex-prefeito de Erechim Aristides Agostinho Zambonatto "Os meus Erechim" (1997). Há também a dissertação "Revisitando o PCB — Uma visão a partir do Norte do Rio Grande do Sul (1922/1948)", escrita por Emerson Lopes Brotto (2005), que traz alguns antecedentes do então Tenente Gonçalino, na passagem por Passo Fundo nos anos 1940, e a definição que o autor dá ao militar de o "anticomunismo fardado".

No terceiro capítulo, utilizaremos processos de indenização a presos políticos, com ênfase nos que foram presos nesta região sob o comando do Cel. Gonçalino para compreender seu *modus operandi*. Faremos a análise de quais eram os alvos das forças de repressão, assim como em que situação se davam as prisões dos que foram detidos pelo Destacamento Volante da BM. O objetivo aqui é demonstrar a que tipo de tratamento estes presos políticos foram submetidos durante o cárcere e que consequências isto causou em suas vidas.

As fontes aqui utilizadas foram acessadas em diversos centros de documentação e arquivos. É importante frisar a importância destes arquivos na preservação de documentos e memória do Rio Grande do Sul e do Brasil. No Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font, em Erechim, acessamos os jornais "A Voz da Serra" e "Diário de Notícias". A escolha por este tipo de fonte jornalística se deu na medida em que imprensa teve (e ainda tem) um papel relevante em nossa sociedade, pois era através dela que a maioria das informações chegava à população nas décadas de1950 e 1960, além do rádio. Além disso, a imprensa também possuía um grande poder, já que divulgava e difundia com facilidade e rapidez notícias, ideias, abordagens e interpretações sobre distintos temas. As informações sobre os Destacamentos Volantes foram obtidas no Museu da Brigada Militar, em Porto Alegre, através dos boletins elaborados na época. Os processos utilizados foram consultados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, e algumas imagens foram coletadas no Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, ambos também na capital gaúcha.

Na questão metodológica, utilizaremos o Paradigma Indiciário, articulando com Análise de Texto e Análise de Discurso para explorar estas tipologias documentais. Para a construção de uma narrativa historiográfica com sentido teórico consistente, entendemos ser necessário o cruzamento entre a história Social, a História Política e alguns aspectos da Nova História Militar. A opção por utilizar diferentes especialidades dentro do campo da História, se justifica porque é complexo fazer a abordagem de um fato histórico sob apenas um viés, como se estivesse em uma gaveta separado de um todo. É evidente a necessidade de se definir um rumo através de uma perspectiva teórica sem misturar tudo e todos, mas se ficarmos presos a somente um ponto de análise, corremos o risco de deixar questões importantes de lado.

O Paradigma Indiciário, de Carlo Ginzburg, será de grande valia para o estudo dos processos e documentos de ordem militar e depoimentos, visto que nos auxilia a entender o que não está explicito.

"[...] a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la. Essa idéia, que constitui o ponto essencial do paradigma indiciário ou semiótico, penetrou profundamente as ciências humanas." (GINZBURG, 1989, p. 177)

E mais, Ginzburg ainda nos alerta que "nesse tipo de conhecimento entram em jogo (diz-se normalmente) elemento imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição." (GINZBURG, 1989, p. 179) Desse modo, tendo-se um método definido, um tema, o objeto, os personagens, o acontecimento e o documento, analisaremos o conjunto documental com o objetivo de estabelecer bases de conhecimento suficientes e necessárias para relacionar o texto à questão social. E fazer essa relação é algo que nos interessa, porque além do campo político abordado nos textos que serão utilizados como fonte, existe o intento de saber qual a significação social que ele adquire, pois existem pessoas que estão evolvidas direta ou indiretamente com o tema. "Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social." (CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 540)

Dentre algumas proposições dessa metodologia, está a de não cair na obviedade de fazer a construção de um relato técnico ao invés de uma narrativa historiográfica. É preciso haver um equilíbrio, a ponto de se compreender que apesar de a história não estar reduzida somente àquilo que está no texto, ela também não existe necessariamente fora dele. Além disto, há a questão ideológica, que está presente intrinsecamente em uma produção, e neste

sentido devemos levá-la ao ponto de verificar qual é sua aceitação e legitimação perante a sociedade e ao campo da história.

1. O GOLPE QUE DERRUBOU JANGO

Entre o dia 31 de março e 1º de abril de 1964, foi deflagrado o golpe civil-militar que tirou João Goulart do cargo de Presidente da República do Brasil. Segundo Schilling (2013), esse golpe estava para acontecer há pelo menos dez anos, quando Getúlio Vargas percebendo a conjuntura de instabilidade política e a ofensiva de seus adversários políticos, entendeu que só lhe restavam duas opções: a renúncia ou a deposição. Para não dar a vitória a seus inimigos, Vargas suicidou-se. A comoção popular que tomou conta do país após sua morte acabou neutralizando as forças golpistas. "Morto, Getúlio conseguiu derrotar seus adversários," sinalizou o historiador Jorge Caldeira. (CALDEIRA, 1997, p.293).

A história política do Brasil foi sucedida por vários momentos de crise e golpes de Estado (ou no mínimo, por tentativas) e foi assim novamente em 1961⁶, quando da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República. Jânio⁷ acreditava que os militares não permitiriam a posse do vice João Goulart e, com grande apelo popular⁸ voltaria ao posto mais fortalecido, como aponta TOLEDO (1982, p. 8-9):

[...] Quadros não formulou uma única razão convincente para explicar e justificar o seu teatral gesto. Se, naquele momento, a denúncia do golpe janista soava como uma mera especulação, hoje restam poucas dúvidas a esse respeito. A rigor, a renúncia constituía-se no primeiro ato de uma trama golpista. Julgava o demissionário que os ministros militares não apenas impediriam a posse de João Goulart, como também procurariam impor, juntamente com o massivo e sonoro "clamor popular", o retorno do "grande líder". Na sua fantasia, Quadros voltaria, pois, nos braços do povo. (TOLEDO, 1982, p. 8-9)

campo político encontrou-se mais uma vez amplamente aberto. (DREIFFUS, 2008, p. 141)

^{6 &}quot;Em agosto de 1961, após um efêmero governo de sete meses, Jânio Quadros, baseando-se mais em seus suposto carisma e menos numa efetiva autoridade, renunciou, nas esperança de conseguir um mandato Bonapartista-civil por intermédio de um retorno ao governo ouvindo os apelos das classes médias. Ele também esperava o respaldo de empresários e o apoio resoluto de uma coalizão militar, que o capacitariam a impor soluções econômicas e políticas às demandas conflitantes. E isso acontecia enquanto seu vice-presidente se achava na China. Nem a maioria dos empresários nem seu próprio bloco partidário estava pronto a apoiá-lo. Nem mesmo seus ministros-chave, Denys, Heck e Grun Moss, estavam dispostos a assinar em branco um tal cheque político para uma figura errática e excêntrica como a de Jânio Quadros. Ele não foi reconduzido ao governo. Houve, inclusive, uma extrema indiferença popular quanto a seu destino político, Com sua renúncia, o

^{7 &}quot;É verdade que Jânio não estava se saindo bem como gostariam aqueles que o elegeram, mas no horizonte não se vislumbrava uma tormenta iminente. Os mais radicais pareciam ter engolido as condecorações a Ernesto "Che" Guevara e ao cosmonauta Iúri Gagárin este alvo de consagradoras recepções em várias capitais brasileiras. Ainda assim não se imaginava o que estava por acontecer..." (SILVEIRA, 1991, p. 16)

⁸ Se esse era efetivamente o plano de Jânio, ele falhou, visto que esse apoio popular não apareceu. Em parte, porque a renúncia apanhou o povo de surpresa e desmobilizado para tentar qualquer coisa. E em parte, porque o próprio Jânio estava já estava com sua imagem bastante desgastada ate a massa devido à incapacidade de controlar a inflação – o que desagradava a classe média – e à política de compressão salarial – prejudicial aos interesses da classe trabalhadora urbana. (LOPEZ, 1983, p.112)

Nesta linha de raciocínio, teria se encerrado a ilusão de Jânio quando nem o povo, nem militares e nem seus ministros reivindicaram sua volta. A mobilização militar deu-se no sentido de "impedir a posse de Jango, que estava em viagem à China, sob alegação de que ele seria comunista e representaria um perigo para a ordem nacional". (SILVA, 1975, p. 19). Havia, nesse momento, duas conspirações: a de Jânio, que em sua errônea leitura política acreditava ser mais popular do que realmente era (e pagou o preço por isso ficando fora do jogo); e a dos militares, plenamente respaldados pela UDN e demais setores conservadores não cumprindo a Constituição, que assegurava a João Goulart o direito de assumir o cargo (TOLEDO, 1982 p. 8).

Não havia unanimidade na classe militar. Entre os civis também houve movimentações legalistas, encabeçadas pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Estava, então, montada a resistência para assegurar a ordem constitucional e a posse do vice.

No Rio Grande do Sul, o comandante do III Exército declarou seu apoio à posse de Goulart, abrindo o que se chamou de batalha da legalidade. A figura principal do movimento foi o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, cunhado de Jango. Brizola contribuiu para a organização do esquema militar de resistência e promoveu grandes manifestações populares em Porto Alegre. Quando o ministro da Marinha anunciou o envio de uma força naval para o sul, Brizola ameaçou bloquear a entrada de Porto Alegre, afundando vários navios. (FAUSTO, 2014, p. 243)

Após muitas negociações, em 7 de setembro de 1961 João Goulart assumiu, porém, em Regime Parlamentarista¹⁰ com poderes limitados.¹¹ Esta foi estratégia adotada para contornar a situação, uma espécie de consenso entre os contrários e favoráveis a João Goulart.

rádios do Interior do Estado seguiram o exemplo e se criou a magnifica "Rede Nacional da Legalidade", á qual se juntaram emissoras de outros estados, especialmente a Rádio Brasil Central, de Goiânia, esta por ordem direta do governador Mauro Borges, e que podia ser sintonizada sem qualquer dificuldade em Brasília, tanto nas ondas médias como nas ondas curtas." (SILVEIRA, 1991, p. 19-20)

^{9 &}quot;O grande lance do governador Leonel Brizola aconteceu na manhã de domingo, dia 27 de agosto de 1961, quando requisitou a Rádio Guaíba, que se mantinha muito discreta na cobertura dos acontecimentos. Com suas ondas médias e mais dois transmissões de ondes curtas, nas faixas de 25 e 49 metros, os pronunciamentos de Brizola e da comunidade gaúcha passaram a ser ouvidos em todo o Brasil. Logo em seguida, as demais emissoras de Porto Alegre, incluindo a Gaúcha e a Farroupilha, foram se unindo à "Rádio da Legalidade". As rádios do Interior do Estado seguiram o exemplo e se criou a magnífica "Rede Nacional da Legalidade", à qual se juntaram emissoras de outros estados especialmente a Rádio Brasil Central, de Goiânia, esta por ordem direta

¹⁰ A guerra civil foi evitada e a situação foi contornada através de uma dessas medidas conciliatórias tão frequentes em nossa história — a adoção do parlamentarismo. O problema representado pela recusa de amplos setores conservadores civis e militares em aceitar Goulart continuava, mas pelo menos a confrontação foi adiada. O parlamentarismo de emergência durou instavelmente de 1961 a 1963, quando foi abolido por um plebiscito, o qual estabeleceu a volta do presidencialismo. (LOPEZ, 1983, p. 112-113)

Com a ascensão de Jango à Presidência, um projeto nacional-reformista¹² foi posto à mesa, com apoio da classe trabalhadora em um contraponto ao bloco conservador. Em janeiro de 1963, mediante um plebiscito, foi retomado o sistema presidencialista. Neste contexto, o clima era turbulento devido à:

[...] intensa crise econômico-financeira, frequentes crises político-institucionais, extensa mobilização política das classes populares, ampliação e fortalecimento do movimento operário e dos trabalhadores do campo, crise do sistema partidário e acirramento da luta ideológica e de classes. (TOLEDO, 1982, p. 9),

A situação se agravou quando João Goulart apresentou as Reformas de Base¹³ que desejava implementar. Intensificaram-se as conspirações em torno de sua derrubada, e, ao mesmo tempo, ocorreu a propagação de um discurso de que estaria havendo uma esquerdização do Brasil, além da corrupção e estagnação econômica do governo. Era preciso tomar cuidado com o avanço comunista e uma suposta "república sindicalista"¹⁴ proposta por Jango, que era trabalhista e tinha aproximação com o meio sindical, sendo este inclusive parte de sua base política.

É importante destacar o contexto de ascensão¹⁵ que o sindicalismo, principalmente rural, vivia neste período. Vale lembrar que, em 1959, acontecia a Revolução Cubana, que

^{11 &}quot;Ademais, Goulart assumiu o cargo em regime de emergência: ele até dispunha de esboço para um plano de governo – as reformas de base-, mas não teve tempo de construir uma estratégia de planejamento. E havia o parlamentarismo. O sistema fora inventado às pressas e significava uma solução conveniente para seus idealizadores. Afinal, dava força ao Legislativo sem deixar espaço de ação ao Executivo. No fundo, o Congresso solucionou a crise política à sua maneira: para governar, o novo presidente necessitava obter sólida maioria na Câmara Federal." (SCHWARCZ, STARLING, 2015, p. 437)

^{12 &}quot; O termo bloco nacional-reformista designa a "frouxa' composição das forças políticas representadas no círculo ao redor de João Goulart e que favorecia as diretrizes políticas da industrialização nacionalista fortemente apoiada pelo Estado, a reforma agrária com distribuição de terra, a nacionalização dos recursos naturais, medidas para o bem-estar social, uma política externa neutralista ou alinhada ao Terceiro Mundo, um forte controle das corporações multinacionais e até mesmo a desapropriação em muitos casos. É importante observar que João Goulart repetiu, dez anos mais tarde, o mesmo modelo de composição de ministério e implementação de diretrizes políticas que havia sido usada por Getúlio Vargas. Esse fato levou, posteriormente, à própria queda de João Goulart, depois de perder o a apoio das classes dominantes como um todo. (DREIFUSS, 2008, p. 57)

¹³ Reformas de base foi o nome dado a uma série de mudanças que João Goulart pretendia fazer, com o intuito de reduzir as desigualdades sociais do Brasil. Faria parte a reforma agrária, urbana, tributária, eleitoral, constitucional e universitária. Apesar de João Goulart ser constantemente acusado de comunista, estas reformas eram mais uma tentativa de modernização do capitalismo no Brasil do que a construção de uma pátria socialista. 14 "É evidente que, nesse sentido, o golpe militar de 1964, foi mais um episódio da chamada "Guerra Fria", conduzida com método e mantida por todos os meios. Mas é claro, também, que havia componentes internas

conduzida com método e mantida por todos os meios. Mas é claro, também, que havia componentes internas para a ação de força, manejadas à base da crença alarmista de que, na agitação reinante, iria processar-se a alteração das instituições vigentes, substituídas por um regime socialista ou, para os mais crédulos, comunista, ou por aquilo que conhecido elemento da ação conjugada denominou "república sindicalista", uma criação da propaganda externa, destinada a levar ao pânico os seus aliados internos." (SODRÉ, 1984, p. 58-59)

^{15 &}quot;A partir de 1962, centenas de sindicatos de trabalhadores rurais foram fundados; sempre filiados, nesse período, à corrente política do então Ministro do Trabalho. Assim, até junho de 1963, Franco Montoro (ministro em 1961-2, vinculado às correntes sindicais católicas) e Almino Afonso (ministro em 1961-2, aliado do PCB)

serviu para aguçar o imaginário das elites – em meio à Guerra Fria - este clima de apreensão em relação ao futuro dos países latino americanos. Pesava ainda sobre o presidente João Goulart o fato de que, quando foi ministro do trabalho de Getúlio Vargas, aumentou em 100% o salário mínimo. Daquela época pairava sobre ele, ainda, o "estigma de comunista".

Para varrer do cenário político os herdeiros do trabalhismo varguista, além de fomentar uma campanha contra o "monstro vermelho" do mundo comunista, diversos setores da sociedade brasileira (como empresários, partidos conservadores 16, parte da igreja católica e do exército, diferentes meios de comunicação e institutos - como o de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) - além de outros grupos influenciados por estes) 17 mobilizaram-se para derrubar Goulart. Com um expressivo apoio político, econômico e militar 18 dos Estados Unidos da América, que tinham muitos interesses para com o Brasil (principalmente na questão da abertura do país ao capital estrangeiro e no sentido de frear uma possível emergência da esquerda) o golpe foi arquitetado, esperando-se o momento mais adequado.

A partir da ESG e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), financiado pela CIA, foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico. À medida que o governo Goulart se radicalizava e se instabilizava, firmava-se nos círculos associados da ESG-IPES-IBAD a convicção de que só um movimento armado poria fim á anarquia populista, contendo o avanço do comunismo. (FAUSTO, 2014. p. 249)

No início de 1964, Jango estava ciente de que suas Reformas de Base não seriam aprovadas. Então, juntamente com lideranças sindicais¹⁹, programou para o dia 13 de março

reconheceram sindicatos dirigidos por lideranças de suas correntes partidárias. Desde esse período, a estrutura sindical rural foi instrumentalizada pelas correntes partidárias." (RICCI, 2009, p.326)

^{16&}quot;Os conservadores, financiados pelo capitalismo norte-americano e contando com o respaldo do apoio do alto Comando Militar, utilizavam-se de parte da imprensa e de organismos como o IBAD e IPES para desenvolver sua ação política. Entre esses conservadores, devem ser citados os partidos políticos PRP e UDN e figuras de proa como os governadores estaduais Lacerda e Ademar de Barros." (LOPEZ, 1991, p. 113)

^{17 &}quot;Um dos grupos que se formou como produto da pregação do IPES foi o Grupo de Atuação Patriótica (GAP), que atuava no Rio, em Minas Gerais e em são Paulo e era composto por jovens estudantes entre 17 e 26 anos de idade, em sua maioria das classes alta e média alta." (SILVA, 2014, p. 198)

^{18&}quot;No dia 20 de março de 1964, uma semana depois do comício da Central, o presidente Lyndon Jhonson autorizara a formação de uma força naval para intervir na crise brasileira, caso viesse a parecer necessário." (GASPARI, 2014, p. 63)

¹⁹ Foi criada uma comissão organizadora, composta de Osvaldo Pacheco da Silva, presidente da Federação Nacional dos Estivadores e representando o CGT e a PUA; o deputado Hércules Correia, ex-presidente do Sindicato dos Têxteis da Guanabara e Secretário da CPOS; Deputado José Talarico, secretário do PTB/GB e assessorando o Presidente da República nas atividades sindicais. A data provável seria fixada na primeira quinzena de março. O local foi, desde logo, escolhido, satisfazendo as exigências das grandes concentrações

de 1964 um comício no Rio de Janeiro com o intuito de pressionar o Congresso para alterar alguns artigos da Constituição, visando lhe assegurassem poderes para executar seus projetos. O Comício da Central do Brasil reuniu cerca de 200 mil pessoas, marcado por um discurso de guinada à esquerda, algo tão esperado pela sua base política.

A oposição, capitaneada por Carlos Lacerda, se mobilizou contra a realização do referido Comício:

Na madrugada de 12 para 13 houve uma tentativa de incendiar o palanque armado. Essa primeira investida confirmava as denuncias de que grupos provocadores de extrema direita impediriam o comício. A atitude hostil do Governo da Guanabara iria ensejar toda uma série de atritos com as autoridades da Guanabara para o trânsito, principalmente dos ônibus, vindos dos subúrbios e dos Estados vizinhos. Agentes provocadores, infiltrados na massa, estimulavam a queima e destruição dos painéis, faixas e cartazes. Foi assim que a chegada da representação dos trabalhadores da Petrobrás, que portavam archotes acesos e deveriam ficar fora da concentração, registrou pânico e uma dezena de feridos. (SILVA (c), 1984, p. 385)

Mesmo com problemas pontuais o comício aconteceu. Durou aproximadamente dez horas, com mais de uma dezena oradores. Jango, que só falou após o 13º discurso, cometeu um erro de avaliação ao afirmar que "podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da Nação". Também denunciou os interesses da elites e uma possível repressão falando que "A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia antipovo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atende aos interesses dos grupos a que eles servem ou representam." 21

João Goulart foi incisivo em suas palavras, dizendo não temer lutar pelos direitos do povo brasileiro e contra os privilégios.

Não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar, e tenho proclamado e continuarei a proclamando em todos os recantos da Pátria – a necessidade da revisão da Constituição, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação.

Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana; o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas também sem temor o seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros.

Está nisso o sentido profundo desta grande e incalculável multidão que presta, neste instante, manifestação ao Presidente que, por sua vez, também presta conta ao povo dos seus problemas, de suas atitudes e das providências que vem adotando na luta contra forças poderosas, mas que confia sempre na unidade do povo, das classes trabalhadoras, para encurtar o caminho da nossa emancipação. É apenas de lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso à instrução superior continuem insensíveis, de olhos e ouvidos fechados à realidade nacional. (http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964)

Para completar, em sua última frase reafirmava seus propósitos "Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, e pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil".²² O ímpeto das palavras de João Goulart logo teriam consequências.

22 Idem

Figura 1: Capa do jornal Última Hora sobre o comício da Central do Brasil.

Fonte:http://historiaeavida.blogspot.com.br/2014/03/comicio-da-central-de-brasil.html

Através da matéria de capa do jornal Ultima Hora, é possível ter uma dimensão do volume de pessoas que participaram do comício em favor das reformas. Segundo o jornal, este teria sido o maior comício da história do Brasil.

Como forma de reação ao Comício de 13 de março, em 19 de março, aconteceu a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, tendo à frente a Campanha da Mulher pela Democracia e a Organização pela União Cívica Feminina, com apoio da Igreja Católica, artistas, militares e a direita conservadora brasileira. Essa manifestação reuniu cerca de 500 mil pessoas em São Paulo e era antijanguista. Ainda em março, um mês de tensões políticas crescentes no país, houve um acontecimento que causou irritação aos militares. Em 26 de março ocorreu a chamado "Revolta dos Marinheiros", realizada no Rio de Janeiro no Sindicato dos Metalúrgico, reunindo cerca de 1000 marinheiros para comemora o segundo

²³ ARRUDA, PILETTI, 1995, p 323

ano de fundação da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro..²⁴

Um contingente de fuzileiros navais, enviado para prender os manifestantes, insubordinou-se e solidarizou-se com seus camaradas revoltosos. Tendo como intermediário o CGT, o governo convenceu os rebelados a se entregarem, levando-os presos a um quarte. Contudo, em poucas horas este sairiam livres, anistiados pelo novo ministro da Marinha. (Comentou-se que este oficial tinha sido escolhido por Goulart, algumas horas antes, a partir de uma lista elaborada pelo "ilegal CGT"). A sublevação dos marinheiros, a anistia e a nomeação do novo ministro atingiram a alta oficialidade como uma "verdadeira bomba". O Clube Militar e o Clube Naval denunciaram com veemência o "ato de indisciplina acobertado pela autoridade constituída, destruindo o próprio princípio da hierarquia". Estava, assim, selada a sorte de Goulart. (TOLEDO, 1982, p.102)

Neste evento, encontrava-se o líder da Revolta da Chibata²⁵, de 1910, João Cândido, convidado a comentar o filme a que assistiriam: "O Couraçado Potemkin", que tratava sobre uma revolta de marinheiros russos em 1905 — filme evidentemente associado à União Soviética. Tempos depois, descobriu-se que uma liderança da entidade em que estava sendo realizada a reunião, o célebre Cabo Anselmo²⁶, se tornaria um agente provocador pago pela polícia.²⁷

Após esse acontecimento, aliado à pressão dos Estados Unidos²⁸ e da Marcha realizada em São Paulo, arquitetou-se a uma espécie de respaldo por parte da opinião pública²⁹ em torno da derrubada de Jango e ao mesmo tempo, começaram as movimentações que levaram o governo Goulart à ruína:

²⁴ TOLEDO, 1982, p. 102.

²⁵ Revolta militar na Marinha do Brasil acontecida entre 22 e 27 de novembro de 1910, na baía da Guanabara, Rio de Janeiro, em que os marinheiros se rebelaram contra os castigos físicos que lhe eram impostos.

²⁶ CAPITANI, 2004, p. 124)

^{27 (}ARRUDA, PILETTI, 1995, p 323)

^{28 &}quot;A 22 de março o embaixador Gordon retorna de Washington ao Rio e recomeça o envio de longas e frenéticas "mensagens secretas" aos EUA sobre "o crescente domínio do governo pelos comunistas" que só uma ação militar contra Goulart pode impedir. Nas mensagens, marca o ritmo da conspiração e define seus passos. No dia 26, em telex, a Washington, diz que a circular de Castello como chefe do Estado-Maior do Exército "é anticomunista, e obviamente, contra Goulart" e significa que o general concordou em comandar a conspiração entre os militares, "jogando seu prestígio contra Goulart, num desafio direto". (TAVARES, 2014, p. 176) 29 A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi, realmente, o ponto de partida para a Revolução de 1964. Não ponho, absolutamente, em dúvida a disposição de um significativo número de militares do mais alto escalão que estavam já dispostos a fazer qualquer coisa a fim de impedir que o país continuasse marchando aceleradamente para o caos. Entretanto, pela observação que tenho feito de episódios históricos do Brasil, as Forças Armadas, em geral só se decidem a atuar quando elas estão absolutamente seguras de poderem contar com o respaldo da opinião pública." Essa afirmação é do deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno. Um dos mais ativos organizadores daquele movimento. (SILVA, 1975, p. 252). O que também não assegura que havia uma unanimidade da opinião pública em torno da queda de Jango.

Às 3 horas da manhã de 31 de março, porém, depois de passar a noite em claro, Olímpio Mourão Filho partiu com suas tropas de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro. Ao saber da "manobra intempestiva" de Mourão, o líder militar do levante, o general Castelo Branco, telefonou para Magalhães Pinto ordenando a volta aos quartéis. Magalhães argumentou que era "tarde demais", uma vez que as tropas já estariam na fronteira com o Rio. Ao ser questionado pelo deputado golpista Armando Falcão se estava "articulando com alguém", Mourão – que, anos depois, diria que, "em matéria de política", era "uma vaca fardada" – respondeu: "Estou articulado com minha consciência. Quem quiser que me siga". Em breve, todo o Exército o seguiria – e uma boa parte da sociedade civil também. (BUENO, 2002, p. 367)

Jango avaliou a situação e decidiu não resistir a fim de evitar derramamento de sangue em uma possível guerra civil. Acabou deposto. Os golpistas chegam ao poder com a alegação de defender a democracia e o Brasil da ameaça comunista e da suposta república sindicalista. Na madrugada do dia 2 de abril, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, foi empossado como presidente República. Como bem aponta Nelson Werneck Sodré: a ditadura militar não resultou, aqui, de circunstância de acaso, de acidente. A tomada do poder pelos militares já era algo conspirado há bastante tempo e com um plano bem definido.

O golpe de 1964 foi precedido de ampla campanha de opinião, em ofensiva maciça de publicidade. Ao ser desencadeado, já as forças democráticas estavam isoladas e vencidas: o movimento militar sancionou uma vitória política inegável. Para realizálo, com o êxito inesperado mesmo pelos seus partidários e mais ativos conspiradores, foram mobilizados e reunidos componentes bastante diversos e heterogêneos. A cada um deles cumpria, pois, atender, na medida de suas reivindicações, com a posse do poder. [...] A componente atendida com solicitude inédita, em primeira urgência, submissamente, integralmente, disciplinarmente, foi o imperialismo. [...] Só num campo jamais titubearam: no atendimento ao imperialismo. (SODRÉ, 1984, p.61)

Ainda nos primeiros momentos após a "revolução" assim chamada pelos conspiradores, o Governo iniciou o que seria uma prática recorrente durante o regime

^{30 &}quot;A propaganda, montada com requintes de sofisticação e abrangendo cópia de meios jamais vista aqui, convenceu a muitos de que a situação se aproximava da catástrofe, não fosse detida em tempo e violentamente." (SODRÉ, 1984, p.59)

^{31&}quot;O que se começou em 31 de março e terminou a 1º de abril não foi uma revolução, nem tinha sequer, unidade de comando, como acontece nas subversões armadas." (SILVA (b), 1985, p. 53)

³² Muitas vezes esse aparato complexo tem sido chamado, globalmente, de "os porões da ditadura", como se compusesse um todo harmônico e integrado. Não foi assim. Seus variados e numerosos integrantes tinham funções muito especializadas, e aqueles setores que praticavam a tortura e o assassinato político estavam bastante cingidos aos dois e aos Dops. Cada um dos sistemas (Sissegin, Sisni, censura, CGI e propaganda política) obedecia a parâmentros próprios e tinha sua esfera de ação particular. (FICO, 2013, p.199)

militar: perseguição, prisões, repressão e tortura³³. Afastamento de cargos públicos, bem como prisões e interrogatórios para os que fossem considerados suspeitos de subversão, foram as primeiras ações dos militares.

Mostrando o seu caráter repressivo e autoritário, o Governo Militar baixou os Atos Institucionais (AI) com o objetivo de aumentar seu poder e controle sobre o país e as pessoas. O AI-1, que teria vigência de sessenta dias, foi decretado a 9 de abril de 1964, e estabeleceu que por votação indireta no Congresso Nacional seria eleito o novo Presidente da República. Em 15 de abril de 1964 foi eleito o General Castelo Branco. O Ato Institucional nº 1 também autorizava o Executivo a suspender garantias constitucionais e políticas, além de cassar mandatos.³⁴

1.1 O GOLPE NO SUL DO BRASIL

Com os generais no poder, houve a criação de novos órgãos de repressão e a reestruturação dos que já existiam.³⁵ Um órgão que desempenhou papel fundamental de polícia política na região Sul do Brasil foi o Departamento/Delegacia de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS-RS), fazendo acompanhamento e espionagem de militantes e cidadãos que pudesse levantar alguma suspeita de subversão. Com o advento do golpe, os militares estabeleceram o Estado de Segurança Nacional, conforme as diretrizes da

³³ Reza o artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil: *Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo crue, desumano ou degradante*. Em vinte anos de Regime Militar, este princípio foi ignorado pelas autoridades brasileiras. A pesquisa revelou quase uma centena de modos diferentes de tortura, mediante agressão física, pressão psicológica e utilização dos mais variados instrumentos, aplicados aos presos políticos brasileiros. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986, p. 34) 34 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm

^{35 &}quot;Uma das primeiras medidas tomadas foi a criação de um complexo de informações único, vinculado diretamente à Presidência da República. Para tanto, no dia 13 de junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), responsável pelas bases do aparato repressivo desenvolvido, possibilitado pela legalização da ofensiva estabelecida pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1). [...] O SNI era o órgão central da "comunidade de informações em todo o território nacional. Sua função foi se ampliando à medida que as necessidades surgiam, pois ao SNI também coube a missão de recolher informações no exterior, sobretudo em relação aos países da América Latina." (FERNANDES, 2013, p. 185)

Doutrina de Segurança Nacional³⁶, criada e desenvolvida pela Escola Superior de Guerra – ESG³⁷.

O Estado de Segurança Nacional fincou as bases da dominação em duas linhas: a primeira que objetivava a sua legitimação assentada no discurso de que a ação de 31 de março foi uma "revolução" e não um "golpe de Estado". [...] A segunda linha de dominação do Estado de Segurança Nacional foi a da ordem repressiva a todos indivíduos, organizações e instituições que oferecessem qualquer oposição mais dura ou resistência ao regime militar, que cada vez mais passou a ser chamado pela Oposição de ditadura, sobretudo, depois do Ato Institucional nº 5, 13 de dezembro de 1968 e da edição do Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 11969, que definiu os crimes contra a segurança nacional. (KARNIKOWSKI, 2010, p. 378)

Considerando a posição geográfica do Rio Grande do Sul, com extensa faixa de fronteira com Uruguai e Argentina, houve um cuidado especial por parte dos militares, visto que o trabalhismo varguista e brizolista, bem como as ideias de João Goulart tinham forte apoio em Porto Alegre. Em 1964, o prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, era do PTB. É necessário frisar que, em 1961, foi na capital gaúcha que teve início a resistência à tentativa de impedimento da posse de Jango. Em fins de março de 1964, o governador Ildo Meneghetti³⁸ emitiu uma nota oficial com o intuito de informar a população sobre o início do Golpe Civil-Militar. A referida nota foi publicada em diversos veículos de imprensa do Rio Grande do Sul. Reproduzimos a nota publicada pelo Jornal Diário de Noticias, de Porto Alegre:, a publicação ocorre no dia seguinte:

O Govêrno do Estado comunica ao povo gaúcho que de conformidade com decreto baixado nesta data, resolveu requisitar tôdas as rádios emissoras e televisões desta

^{36 &}quot;A essência da Doutrina de Segurança Nacional reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica de característica antissubversiva contra o inimigo comum." (BORGES, 2013, p. 29)

³⁷ A hipótese central é de que as Forças Armadas, a partir da ação política e da difusão ideológica levadas a efeito pela Escola Superior de Guerra, intervêm decisivamente no processo político de 1964 quando o acirramento da luta de classes e, ao nível externo, a debilitação das relações econômicas e políticas com os Estados Unidos, configuram uma crise de hegemonia no Estado Brasileiro. Nesta situação, a intervenção das Forças Armadas assume também um significado de contestação da própria dominação burguesa, na medida em que esta se mostrava incapaz de – nos limites do regime instituído, em moldes liberais em 1946 – preservar as relações fundamentais do sistema capitalista implantado no Brasil. (OLIVEIRA, 1976, p. 15)

^{38 &}quot;O último governador do estado eleito através de sufrágio universal e democrático foi Ildo Meneghetti, apoiado por uma sigla que reunião todos os partidos conservadores do estado, a Ação Democrática Popular. O conservador Meneghetti assumia o comando do Executivo Estadual, enquanto o Executivo federal se encontrava nas mãos do PTB de Jango e Brizola. Por isso, o governador do Rio Grande do Sul conspirou para derrubar João Goulart desde o primeiro dia de seu mandato, em março de 1963. O secretário de Segurança de Meneghetti, o deputado udenista Poty Medeiros, mantinha encontros sistemáticos com o comandando do III Exército, general Benjamin Galhardo, e com o general comandando da 6ª Divisão, Adalberto Pereira dos Santos, que em 1973 seria vice-presidente do general Ernesto Geisel. O Círculo Militar, comandado pelo coronel Ibá Ilha Moreira, que se tornou secretário da Segurança de Meneghetti depois do golpe, também fazia parte da conspiração que se reunião em um apartamento alugado na Av. Salgado Filho. " (WASSERMAN, 2010, P. 55)

capital, no firme propósito de evitar a sua utilização para a difusão que de pronunciamentos que possam de qualquer modo, perturbar a tranquilidade reinante em nosso estado. Outrossim informa que está mantendo e continuará a manter a ordem em todo o território do Estado atento a evolução dos graves acontecimentos que agitam a Nação e preocupado em assegurar o império da lei e da Constituição. (DIÁRIO DE NOTICIAS, 1º de Abril de 1964, p.)

Mesmo com as medidas tomadas pelo Governo Militar, houve articulação por parte de partidos políticos e movimentos de esquerda a favor de João Goulart. No dia 1º de abril, aproximadamente duas mil pessoas se reuniram na Praça da Matriz de Porto Alegre, quase acabando em invasão ao Palácio Piratini. As mais consistentes manifestações contrárias ao Golpe aconteceram em frente a prefeitura, onde Brizola³⁹ e outras lideranças discursariam, e com o prefeito prometendo resistir.⁴⁰

Entre os militares não havia unanimidade em torno da deposição de Jango, visto que dentro do exército⁴¹ e da Brigada Militar existiam cisões e parte deles estavam dispostos a cumprir a Constituição. De acordo com o Tenente Wilson José da Silva, assessor militar de Brizola:

Em Porto Alegre tínhamos como já disse, um embrião de organização para a resistência. Com o levante de Minas, mais faroleiro do que real, reunimo-nos, dia 31, na casa do Brizola para buscar informações e ver o que fazer. Estavam lá deputados do PTB, militares da Brigada, do Exército e lideranças civis. Fizemos estudo com as lideranças no quartéis para ver nossa posição. Contatamos com guarnições do interior. [...] As primeiras medidas foram de alterações nos comandos de algumas unidades da Brigada Militar, que seria nossa base, dadas as experiências de 61 e a liderança do próprio Brizola. Era o início da efetivação das alterações segundo estava previsto pelo nosso incipiente sistema de resistência, isto é, nossos homens de confiança assumiriam os comandos duvidosos com o apoio de companheiros dentro dos quartéis. (SILVA, 1987, p. 100).

Uma questão recorrente na historiografia sobre o Golpe de 1964 no Rio Grande do Sul é se havia, realmente, possibilidade de uma resistência armada contra o golpe. Segundo o Tenente Wilson (que junto com alguns companheiros queria resistir) pelo menos nas primeiras 24 horas "era os três setores de apoio: oficiais, esquerdas e PTB, a dizer que não

-

^{39&}quot;Brizola representava as forças nacionalistas do país, uma vertente que preconizava o desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro e que era hostilizada pelos defensores da integração econômica do pais aos centros hegemônicos do capitalismo. (WASSERMAN, 2010, p. 52-53) 40 (WASSERMAN, 2010, p. 60)

^{41 &}quot;O II exército estava dividido e os cálculos militares indicavam possibilidades de luta intensa, devido principalmente à influência do ex-governador do Estado Leonel Brizola. O general Ladário Pereira Teles, comandando do II exército, leal ao presidente, determinou que suas tropas entrassem em "prontidão rigorosa". Tudo parecia indicar que um núcleo de oficiais legalistas comandaria a reação contra os golpistas. A ação militar "golpista" foi, no entanto, bastante significativa." (WASSERMAN, 2010, p. 59)

fizéssemos nada. Pensei com meus botões: não temos realmente apoio nenhum". 42 Quando João Goulart decidiu não resistir, ele acabou por decepcionar as pessoas que tinham depositado confiança e até seus sonhos em torno de um projeto comum. Por mais que Jango tenha sido prudente naquele momento em não provocar uma guerra civil, o setor mais radical que o apoiava não gostou, por entenderem que tinham condições de resistir reverter o quadro.

João Goulart ao optar por não resistir, não imaginava que o Golpe Civil-Militar inaugurado iria ficar no comando do Brasil por mais de 21 anos, fazendo uso dos meios mais obscuros para manter sua hegemonia.

1.2 OPERAÇÃO FARROUPILHA

Com a tensão do momento e não descartando uma possível resistência popular ao Golpe, o governador Ildo Meneghetti (PSD) e sua equipe de governo decidiram colocar em prática a "Operação Farroupilha", que consistiu na transferência do governo⁴⁴ para a cidade de Passo Fundo, situada no norte do Rio Grande do Sul.

Ildo Meneghetti chegou a Passo Fundo na noite de 1º de abril, acompanhado por uma comitiva integrada pelo secretário da Fazenda, José Antônio Aranha, pelo secretário-chefe da Casa Civil, Plínio Cabral, pelo secretário-chefe da Casa Militar, coronel Orlando Pacheco, por seu ajudante de ordens, capitão Jesus Linhares Guimarães, pelo delegado da Polícia Civil gaúcha, Augusto Muniz dos Reis. Mais tarde, tomadas as providências de emergência, seguiu o Secretário do Interior, Poti Medeiros, acompanhado dos Coronéis Martim Cavalcanti e Antônio Matos Ferreira, da Brigada Militar. (SILVA, 1975, p 434).

Antes da escolha da cidade que poderia sediar o governo provisório, se cogitou Santa Maria como destino do executivo gaúcho. No entanto, a conjuntura política distinta das

43 SILVA, 1987, p. 105)

⁴² SILVA, 1987, p.124

⁴⁴ Saindo, literalmente, pela porta dos fundos do Palácio Piratini, Meneghetti, de acordo com um de seus biógrafos, o jornalista Wilson Afonso (1984, p 76), atravessou a edificação localizada atrás do palácio, o Colégio Paula Soares, e embarcou em um Fusca verde, que mais tarde, foi "abalroado por outro veículo", na Avenida Farrapos. Apesar do leve acidente, a pressa do governador, que temia uma interceptação da viagem, não permitiu uma parada, e o veículo seguiu viagem até Estrela, onde, provavelmente pelo dano causado pelo choque anterior, "encrencou" – para usar as palavras de Afonso. A viagem só pôde prosseguir pelo auxílio do prefeito da cidade, que emprestou ao governador um Chevrolet 48, com qual, finalmente, Meneghetti chegou a seu destino. (ZARDO, 2014, p. 118-119)

cidades foi determinante.⁴⁵ Outro personagem presente na "Operação Farroupilha", que adiante falaremos, foi o coronel da Brigada Militar Gonçalino Curio de Carvalho que, segundo o Prefeito de Passo Fundo, Mário Mengegaz, "fazia a cobertura com oficiais e soldados da marcha governamental até Passo Fundo". (ZARDO, 2014, p. 121.)

Figura 3 - Ildo Meneghetti em Passo Fundo no quartel do 3º Regimento de Polícia Montada. (1964)



 $Fonte: \ http://obrigadiano.blogspot.com.br/2014/12/visita-do-governador-meneghet to-ao.html$

Na imagem acima, o governador Ildo Meneghetti e sua equipe conversam com militares no quartel do 3º Regimento de Polícia Montada em Passo Fundo, onde o governo gaúcho se estabeleceu até que a situação estivesse controlada em Porto Alegre.

45 "Enquanto a prefeitura de Santa Maria era comanda pelo PTB, o executivo municipal de Passo Fundo, depois de passar um longo período sob domínio desse mesmo partido, estava em mãos de aliado de Ildo Meneghetti — lideranças, como o prefeito Mário Menegaz, que haviam rompido com o PTB, para se unir, sob a legenda do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), ao bloco constituído pelos partidos conservadores presentes na

cidade. (ZARDO, 2014, p. 116)

_

Na madrugada de 2 de Abril, João Goulart chegou a Porto Alegre acompanhado de mais cinco ministros, com um forte esquema militar para recebe-lo no aeroporto. No dia 3, Após a decisão da não resistência, a partida do presidente para o exílio, a fuga de Brizola⁴⁶ e a entrega do comando do III Exército por parte do General Ladário Teles para as forças golpistas, foi sepultada a possível reação e resistência ao Golpe em Porto Alegre. Assim que as notícias chegaram a Passo Fundo, teve início a movimentação no sentido de retornar o governo para a capital.

Figura 4: Ildo Meneguetti retornando de carro a Porto Alegre



Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Acervo oficial dos exgovernadores)

⁴⁶ Quando Brizola concluiu que ficar seria um ato insano, consegui um uniforme da Brigada Militar para ele passar pelas barreiras militares. E foi disfarçado de brigadiano que ele entrou no carro do Ajadil de Lemos, que era dirigido por sua esposa. O Ajadil na frente e o Brizola, de soldado, atrás. Assim o carro passaria pelas barreiras. Mas pensando na possibilidade de reconhecerem o Ajadil e pararem o carro, Brizola pediu para ele descer. Conseguiram chegar à praia de Quintão. Lá, o aviãozinho do Jango, levado pelo piloto Maneca Leães, aterrissou. Brizola entrou, e o piloto manteve o avião voando a 30, 50 metros de altura sobre o mar para escapar dos radares, até perto do Uruguai. Foi assim a saída dele para o exílio. (NEME, 2010, p. 95)

A imagem acima é de 3 de abril de 1964, data em que o prefeito de Porto Alegre Sereno Chaise foi preso pelo DOPS e Ildo Meneghetti (junto de sua comitiva) deixaram Passo Fundo, seguidos:

por 12 ônibus e inúmeros outros veículos, nos quais viajaram, além de autoridades estaduais e dos municípios do norte gaúcho, um grande número de apoiadores civis ao golpe, que originalmente haviam se reunido em Passo Fundo para pegar em armas contra os legalistas em Porto Alegre. [...] Ao chegar a Porto Alegre, já pela noite, o governador falou à imprensa, anunciando a vitória completa do movimento golpista. Estava concluída a "Operação Farroupilha", e junto com ela, o breve e conturbado período democrático brasileiro de 1945-1964 (ZARDO, 2014, p. 127-128)

Sem resistência, iniciava-se o período de 21 anos de Ditadura Militar no Brasil,⁴⁷ com seus tentáculos de repressão e medidas autoritárias estendida por todos os cantos do país (tendo o estado do Rio Grande do Sul como um cenário importante), tendo três presidentes gaúchos neste período: Costa e Silva, Médici e Geisel.

^{47 &}quot;A deflagração do movimento militar foi a culminância e a parte mais visível de um amplo movimento civilmilitar que não pode ser considerado de forma simplista ou com base em binômios explicativos. Em termos conjunturais, pode ser pensado como um golpe preventivo, deflagrado contra a ascensão das lutas dos movimentos sociopolíticos, baseados, majoritariamente, em um programa nacional reformista. No jargão político destes movimentos, o objetivo era realizar reformas sociais para tornar o capitalismo mais humano e democrático. Entretanto, esta visão pode limitar a percepção de que se tratou também de um movimento sociopolítico que aglutinou amplos setores liberais e conservadores em nome de um projeto político baseado nas formulações da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. (PADRÓS, LAMEIRA, 2010, p.34)

2. CENÁRIOS DO GOLPE MILITAR NA REGIÃO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL.

Hoje, passados mais de 50 anos do golpe de 1964, sabe-se que haviam pessoas (militares ou não), partidos políticos e movimentos sociais contrários ao golpe. Na região norte do Rio Grande do Sul, a exemplo do que ocorreu em outras regiões do Brasil, também houve (desde os desdobramentos do Comício de 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro) mobilização de tropas militares e de militantes contra as articulações que culminaram no Golpe. Destacamos, aqui a atuação do "Grupo dos Onze", capitaneado por Leonel de Moura Brizola como grupo de resistência às ações que, aos poucos, se traduziram no Golpe de 1964. Essa organização despertou preocupações dos militares, tanto que meses antes do golpe os militares trabalhavam para descobrir, identificar e vigiar os Grupos de Onze existentes na região Sul do Brasil.

2.1 OS GRUPOS DE ONZE COMPANHEIROS

O ano de 1963 (assim como desde 1961, a partir da Campanha da Legalidade) apresentava indícios que a política brasileira vivia tensões que tendiam a se agravar. Leonel Brizola, então deputado federal pelo antigo estado da Guanabara, tinha a admiração e grande influência junto às camadas populares, no campo e na cidade. Através da Rádio Mayrink Veiga, Brizola fazia discursos inflamados com pautas que iam de encontro aos anseios da população, como a defesa de direitos e da democracia, a denúncia do aumento do custo de vida e a necessidade do governo discutir e implementar mudanças em distintas frentes: economia, política e educação, por exemplo. Nas sextas-feiras, às 21 horas, era transmitida a Cadeia do Esclarecimento, que buscava tratar de assuntos como política e economia. Foi através deste canal de comunicação que Brizola começou a organizar os "Grupos de Onze". Baseados em um time de futebol, com um capitão que seria o responsável por organizar a lista destes comandos nacionalistas, estes grupos tinham uma cartilha de diretrizes anti-imperialistas, libertação nacional, e de defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro e das reformas de base. Esta cartilha foi divulgada em 20 de novembro de 1963, e nela

constava o modelo da ata de formação dos grupos e além de como proceder na organização destes.⁴⁸

Sobre os "fins e objetivos", o documento indica:

Atuação organizada em defesa das conquistas democráticas do nosso povo (luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe, venha donde vier), pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas em especial das reformas agrária e urbana, e sagrada determinação de luta pela libertação de nossa Pátria da espoliação internacional (ORGANIZAÇÃO DOS "GRUPOS DOS ONZE" OU "COMANDOS NACIONALISTAS", 1963, p.8)⁴⁹

No que diz respeito à fundação, liderança, sede, primeiras tarefas e articulação, a cartilha orienta:

O ponto de partida deve ser o entendimento entre dois ou três companheiros, perfeitamente identificados e entendidos. Depois dêsse entendimento é que devem patir para nos contatos e para o recrutamento dos demais companheiros. Decidida e reunião e fundação do Grupo ou Comando, deve ser tomada uma ata assinada por todos e onde constem os objetivos acima estabelecidos. Um compromisso verbal afirmado por todos tem a mesma significação da ata escrita. A seguir, deve ser feita, entre os companheiros, a escolha do líder ou chefe e seu substituto eventual. Uma comunicação imediata por carta ou telegrama (será preferível, quando possível, pessoalmente essa comunicação. Deve ser dirigida ao Deputado Leonel Brizola, aos cuidados da Rádio Mayrink Veiga (Endereço, Rua Mayrink Veiga, 15 - Rio de Janeiro - Estado da Guanabara). A sede pode ser, ora casa de um companheiro, ora casa de outro, Na comunicação precisa constar o endereço para correspondência. Os companheiros precisam estabelecer, entre si, um sistema de avisos, de tal modo que o Grupo possa se reunir ou se mobilizar em minutos, para o caso, por exemplo, de ameaça ou iminência de um golpe contra os direitos ou liberdades. (ORGANIZAÇÃO DOS "GRUPOS DOS ONZE" OU "COMANDOS NACIONALISTAS", 1963, p.9)

Além da ondas da Rádio Mairink Veiga, Brizola articulou a criação do periódico *Panfleto*, semanário oficial de comunicação dos grupos brizolistas. De acordo com Diego Pacheco:

"[...] os Grupos dos Onze passaram a ter um regimento próprio, documentado. Com essa publicação, os núcleos passaram a ser esboçados de sua forma interna, com objetivos claros. No primeiro número do *Panfleto*, juntamente com a sua cartilha, as metas dessas organizações foram anunciadas: 1) defesa das conquistas democráticas; 2) implantação imediata das reformas de base; 3) libertação nacional da espoliação internacional. Ou seja, os Grupos dos Onze surgiram como uma resposta ao receio de um golpe conta o governo legalmente constituído, ao mesmo tempo que se formaram como instrumentos de pressão popular visando direcionar o executivo cada vez mais ao encontro das reformas de base. Além dos objetivos dos Grupos dos Onze, o semanário também publicou as atas para a formação dos comandos, documentos que deveriam ser preenchidos e encaminhados para a Rádio *Mayrink Veiga*. (PACHECO, 2014, p. 64-65)

⁴⁸ BALDISSERA, 2005, 'p.62

⁴⁹ Disponível em https://pt.scribd.com/doc/126121463/Onze-Cart-Ilha-1

O jornalista Sérgio Gonzalez, que integrou uma célula do Grupos dos Onze, afirma que apesar da afinidade com as ideologias de esquerda por parte dos que participavam e que ditavam os rumos do movimento, "Ninguém precisava fazer 'juramento de obediência irrestrita ao chefe' e nem seguir qualquer decálogo ideológico para ser membro de um Grupo dos Onze." (GONZALEZ, 2010, p. 98). É certo, também, que haviam membros bastante instruídos. No entanto, parte significativa dos que colocavam seu nome nas listas não possuíam embasamento teórico e ideológico com pensadores do campo da esquerda. Possuíam, segundo Gonzalez, apenas o desejo de seguir as ideias brizolistas:

Tinha apenas de ser alguém desejoso de trabalhar com o objetivo de evitar que o Brasil saísse dos trilhos da democracia, e levar adiante os avanços econômicos, sociais e políticos iniciados por Getúlio Vargas, seguindo sem solução de continuidade no governo do presidente João Goulart com as Reformas de Base. Além disse, é lógico, de começar a campanha para levar Brizola à presidência da República nas eleições de 1965, quando enfrentaria um adversário poderoso eleitoralmente e economicamente: o ex-presidente Juscelino Kubitschek. (GONZALEZ, 2010, p. 98)

A organização dos Grupos de Onze na região Sul do Brasil, inclusive nos estados do Paraná⁵⁰ e Santa Cantarina⁵¹, além do Rio Grande do Sul, fez com que os opositores de Jango e Brizola ficassem alerta, visto que alimentava ainda mais o imaginário das elites e dos militares em torno de uma ameaça comunista e de possíveis guerrilhas. Marli Baldissera sinaliza que, por meio dos Grupos dos Onze, Brizola tinha a intenção de pressionar o Congresso para discutir e aprovar as reformas:

Pode-se afirmar que, convertido na maior frente de pressão sobre o governo Goulart para a realização das reformas de base, Leonel Brizola não confiava que, via aprovação do Congresso, essas reformas fossem efetuadas. De acordo com o cronista político Carlos Castelo Branco, "está convencido o ex-governador do Rio Grande do Sul de que os deputados e senadores, representantes da sua maioria das elites privilegiadas, somente cedem diante de pressão combinada popular e militar, à semelhança do que ocorreu a ocasião da posse do sr. João Goulart. (BALDISSERA, 2005, p. 70)

Lideres e membros dos Grupos de Onze foram alvos de vigilância, prisão, interrogatórios e torturas mesmo antes do Golpe. A maioria das prisões efetuadas na região

⁵⁰ Ver PRADELA, Luana Milani. Os Grupos de Onze Companheiros no Paraná: a defesa das Reformas de Base. UNIOSTE, 2017.

⁵¹ PACHECO, Diego. Ecos da Resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964). Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012

norte do Rio Grande do Sul⁵² tiveram como justificativa o fato de o acusado participar desta organização. Segundo Marli Baldissera, havia diferenças entre os Grupos de Onze formados em centros maiores e do interior do Alto Uruguai:

Em Santa Maria, grande centro ferroviário e de tradição sindicalista, discutiam política, mas não havia uma preparação efetiva de resistência contra o golpe militar. Na região de Erechim, a maioria deles foram formados em áreas do interior, englobando grande parte de pessoas semi-analfabetas ou com pouca escolarização, desprovidos de uma percepção política abrangente, que assinaram as listas dos grupos na tentativa de conseguir melhorias como a reforma agrária, tratores e sementes. [...] Alguns se encontravam para fundar o grupo e fazer a ata, como ocorreu em Mariano Moro. Em Erechim, os membros eram petebistas que discutiam a política do país, mas não chegaram a se assumir como Grupo de Onze, alegando falta de tempo. No caso de Gaurama, mais especificamente em Vila Baliza, dois irmãos e alguns vizinhos encontravam-se na casa de Arquimino Assmann para ouvir no rádio os pronunciamentos de Brizola, e a partir daí, resolveram formar um grupo, que, como tal, nunca chegou a se reunir. Conforme relatos, na maior parte dos casos, alguém tomava para si a tarefa de organizar uma lista e saía de casa em casa, a pé ou a cavalo, convidando amigos e conhecidos a assinarem, e não passou disso. No entanto, a forte admiração por Brizola era comum a todos, acreditavam em suas pregações e seguiam os seus ditames, sem questionamentos. (BALDISSERA, 2005, p.126)

No entender de Marli Baldissera, os Grupos de Onze foram superestimados pelas forças policiais ao imaginarem existir uma organização e poder bélico muito maior do que se apresentava. Tratava-se de uma estratégia de Leonel Brizola visando a intimidação, mobilização e politização, mediante a utilização da Radio Mayrink Veiga anunciando existir milhares de agrupamentos por todo o Brasil. A autora também aponta para uma divergência em relação ao trabalho escrito por Elenice Szatkoski⁵³, que defende a ideia de que os comandos nacionalistas eram, de fato, grupos guerrilheiros, enquanto Baldissera desacredita esse caráter, afirmando que eram, antes, grupos de pressão a promover as reformas de base, transformando-se, talvez, posteriormente, em partido reformista radical.⁵⁴ De acordo com Baldissera, "Na Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos, consta uma lista de 156 pessoas presas por envolvimento com Grupos de Onze na região de Erechim"⁵⁵, detidos em sua grande maioria pelo Destacamento Volante da Brigada Militar.

⁵² Constam no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, vários processos envolvendo os Grupos de Onze que se formaram na Região Alto Uruguai, principalmente nas cidades do interior, como Erval Grande, São Valentim, Baliza, Gaurama, Severiano de Almeida, Sananduva, Machadinho, Campinas do Sul, Planalto, Paim Filho e Mariano Moro. Na cidade de Erechim, segundo depoimentos, também foi organizado um Grupo de Onze por alguns amigos petebistas/brizolistas, mas não chegaram a enviar a lista para a Mayrink Veiga, por isso ficaram fora das perseguições. (BALDISSERA, 2005, p. 125)

⁵³Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968.

Dissertação de Mestrado/UPF

⁵⁴ BALDISSERA, 2005, p. 58

⁵⁵ BALDISSERA, 205, P.129.

2.2 O DESTACAMENTO VOLANTE DA BRIGADA MILITAR

Os Destacamentos Volantes da Brigada Militar, batalhões com cerca de 100 homens cada, foram criados a partir do Decreto Estadual nº 16.522, no dia 9 de Abril de 1964. Na pratica, a sua função era fazer uma patrulha ideológica nos locais que fossem determinados pelo governador do Estado e pelo Comando Geral da BM. No museu da Brigada Militar, em Porto Alegre, tivemos acesso aos boletins elaborados à época, e num destes consta a transcrição do decreto de criação dos destacamentos:

Art 1º - São criados, na Brigada Militar do Estado, 10 Destacamentos Volantes, destinados a instauração de dispositivos de segurança e manutenção da ordem em todo o interior do Estado.

Art 2º - Os Destacamentos Volantes terão a organização e o funcionamento que lhes der o Comando Geral da Brigada Militar.

Art 3° - As despesas decorrentes das providências determinadas no presente Decreto correrão à conta de crédito especial aberto pelo Decreto n 16.547, de 8 do mês em curso.

Art 4° - Revogadas as disposições em contrário êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Piratini, em Pôrto Alegre, 9 de abril de 1964.

Ildo Meneghetti

Governador do Estado

Poty Medeiros

Secretário de Segurança

José Antônio Aranha

Secretário da Fazenda

(BOLETINS DA BRIGADA MILITAR, p. 791-792, 1964)

Nos dias seguintes ao decreto, foram formados os batalhões e encaminhados então ao interior do Estado, para cidades como Erechim, Cerro Largo, Santa Maria, Pelotas, além da própria capital. Na imagem abaixo, vemos apresentação destes ao Governador Ildo Meneghetti, em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre.

Figura 5: Apresentação ao Governador Ildo Meneghetti do Batalhão volante da Brigada Militar. 12-5-1964.



Fonte: Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Acervo oficial dos exgovernadores)

Em cada cidade onde esteve o Destacamento Volante o seu tempo de permanência sofreu variações. Em Cerro Largo por exemplo, foi de 12 de maio, início do deslocamento, até 8 de julho⁵⁶. No caso de Erechim, no dia 14 de abril já estava instalado na cidade⁵⁷, e ficou até 9 de outubro.

No momento do recolhimento do Destacamento de Erechim à capital faziam parte dele 82 soldados, 5 sargentos, 2 tenentes, 1 capitão e o comandante Cel. Gonçalino Curio de Carvalho⁵⁸. Conforme o Boletim da BM:

IX - DESTACAMENTO ESPECIAL DE ERECHIM - EXTINCÃO

Tendo em vista o cumprimento da missão especial a que estava afeta ao Destacamento Especial de Erexim, criado naquele município, com destino a instauração de dispositivios de segurança e manutenção da ordem no interior do EStado, êste

57 BALDISSERA, 2005, p. 124.

⁵⁶ PADILHA, 2010, p. 1.

⁵⁸ Boletins da Brigada Militar, p.1098, 1964.

comando resolve extinguir o mesmo, a partir de 9.10.64, data que foi recolhido para esta Capital. (Nota nº 240 - E/1) (BOLETINS DA BRIGADA MILITAR, p. 1098, 1964)

Este Destacamento, enquanto esteve em Erechim, "Ficou acantonado no Bairro Três Vendas, em armazéns que pertenciam à Companhia Brasileira de Silos e Armazéns – CIBRAZEM, mais tarde adquiridos por Arlindo Ferranti". 59

Alguns presos, como Walter Luiz Moro, relatam que ficaram presos no próprio Destacamento. Em seu depoimento, Walter alega que "esteve preso no município de Erechim no destacamento das Três Vendas, comandado pelo Cel. Gonçalino, no período de 18.04 a 06.05 de 1964, onde foi submetido a maus tratos e torturas física, permanecendo posteriormente em prisão domiciliar."

2.3 A CHEGADA DE GONÇALINO À REGIÃO

O mapa a seguir auxilia a nos situarmos geograficamente onde fica a região norte do Rio Grande do Sul. É nesta região que o Destacamento Volante da Brigada Militar, lotado em Erechim, tinha sua atuação direcionada. Nesta época Erechim tinha um território muito maior do que tem hoje, visto que muitas localidades e distritos acabaram por se emancipar no decorrer dos anos, desmembrando o município, que de acordo com o IBGE, no ano de 1960 tinha uma população de 65.021.⁶¹ É possível também identificar nesta imagem, elaborada pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, um mapeamento dos principais locais de prisão (centros de detenção e interrogatório).

⁵⁹ ZAMBONATTO, 1997, p 47.

⁶⁰ SJS, 2577-1200/02-7, 2002.

⁶¹ https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t16_rs.pdf p. 121

Figura 6: Mapa do Rio Grande do Sul.



Rio Grande do Sul Centros de detenção e interrogatório

- Porto Alegre
 Alegrete
 Bagé 4. Bom Retiro do Sul 5. Cachoeira do Sul 6. Campo Novo 7. Canela8. Canoas9. Carazinho 10. Caxias do Sul 11. Constantina 12. Crissiumal 13. Cruz Alta 14. Erechim 15. Faxinal do Soturno
- 16. Frederico Westphalen
- 17. Giruá 18. Guaíba 19. Gravataí
- 20. Erval Grande

- 21. Humaitá 22. Ijuí 23. Itaqui

- 24. Júlio de Castilhos
- 25. Maximiliano de Almeida
- (em 1959, pertencia ao município de Marcelino Ramos)
- 26. Nonoai
- 27. Nova Palma (em 1959, pertencia ao município de Júlio de Castilhos) 28. Palmeira das Missões

- 29. Paim Filho (em 1959, pertencia ao município de Machadinho)
- (em 1939, percencia ao município de Machadin 30. Passo do Feijó (em 1959, pertencia ao município de Viamão) 31. Passo Fundo 32. Pelotas
- 33. Planalto
- (em 1959, pertencia ao município de Iraí) 34. Rio dos índios
- (em 1959, pertencia ao município de Nonoai) 35. Ronda Alta
 - rtencia ao município de Sarandi)

- 36. Rosário do Sul 37. Santa Barbara do Sul
- 38. Santa Cruz do Sul
- 39. Santa Maria
- 40. Santa Rosa
- 41. Santana do Livramento
- 42. Santiago 43. Santo Antônio da Patrulha 44. São Gabriel
- 45. São José do Ouro
- 46. São Luiz Gonzaga
- 47. São Valentim 48. Sarandi
- 49. Severiano de Almeida (Ex- Nova Itália) (em 1959, pertencia ao município de Erechim)

- 50. Torres 51. Três Passos 52. Tuparendi
- 53. Venâncio Aires

Fonte: Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil. p.593

Logo após Golpe chegou a Erechim o Coronel da Brigada Militar Gonçalino Curio de Carvalho, com a missão de comandar o Destacamento Volante da BM, identificando, prendendo e interrogando – na maioria das vezes em situações nada confortáveis - cidadãos que levantassem qualquer suspeita de subversão. O perfil biográfico do Cel. Gonçalino sinaliza que ele era um anti-comunista convicto e já havia trabalho em diversas regiões do estado. Em 1964 estava na reserva, mas foi chamado junto com mais diversos oficiais para assumirem postos importantes neste novo momento político que se apresentava. O Boletim da BM assinalava que se apresentasse dia 30 de abril, as 8:00 horas na auditoria da JME⁶³, mas é provável que esta data seja apenas para formalidades, já que há relatos dele atuando já no início do mês.

Segundo ele, em entrevista ao Jornal A Voz da Serra, este trabalho seria para "dar segurança e tranquilidade"⁶⁴ á população desta cidade e dos municípios do entorno. Nesta entrevista, Gonçalino diz que:

Tôdas aquelas pessoas que têm sido trazidas até nós para esclarecimentos das suas posições são os testemunhos do interêsse que temos em que tôdos possam voltar tranquilos a seus lares, trabalharem e produzirem para o engrandecimento de nossa terra. (A VOZ DA SERRA, 19 de maio de 1964, capa.)

No entanto, segundo depoimentos de presos políticos e familiares, não era exatamente desta maneira que as coisas aconteciam. No livro "Onde Estão os Grupos de Onze?", (2005), de Marli de Almeida Baldissera, temos algumas relatos de pessoas que foram interrogadas pelo Coronel. Em uma delas, um dos indiciados afirma que, enquanto esteve detido, foi submetido a condições "desumanas" em quanto este sob o seu poder⁶⁵. Outa referência ao Comandante do Destacamento Volante da Brigada Militar está no depoimento do agricultor do interior de Gaurama, Eulógio Klush:

Eu estava roçando trigo, vieram e me prenderam, por causa dos Grupo de Onze. Mas eu nem sabia o que era Grupo de Onze. Reviraram tudo procurando arma. Eu tinha um canivete. Levaram nós, eu e o vizinho, presos, empurrados a baioneta. Não tinha comida e tínhamos que tomar uma água podre, ninguém podia dormir, era proibido.

64Jornal "A Voz da Serra", 19 de maio de 1964, capa.

65BALDISSERA, 2005, p. 158.

⁶² Na perspectiva do anticomunismo, seja em Passo Fundo e em outras cidades por onde andou, sobressai a figura do itinerante tenente Gonçalino Curio de Carvalho. Ao que podemos saber através de informações do Sargento Liberatto378, o tenente não sentou praça no município, eis que era designado para tarefas em todo o Estado do Rio Grande do Sul, conforme a necessidade. (BROTTO, 2005, p143)

⁶³Boletim da Brigada Militar, p. 652, 1964.

Algumas pessoas eram surradas. O Gonçalino era muito ruim, dava em cima, empurrava, assim que nem bicho, não tinha conversa. (BALDISSERA, 2007, p. 159)

No livro "Os meus Erechim", o ex-prefeito de Erechim (entre 1973 e 1977), Aristides Agostinho Zambonatto relata que "Gonçalino não deixou saudades em Erechim." 66. Segundo ele, o Cel. Gonçalino que chegou sem preparo adequado e sem conhecer a região e a comunidade, era estimulado por "assessores" que aqui moravam, e então prendia e agia arbitrariamente. 67

Para Zambonatto, a vinda de Gonçalino para Erechim teve como motivo o fato de constar que por aqui haviam muitos Grupos de Onze.⁶⁸ O comandante do Destacamento Volante está presente no relatório da Comissão Nacional da Verdade, por responsabilidade pela autoria direta de condutas que ocasionaram graves violações de direitos humanos, como no caso de Leopoldo Chiapetti, que "foi preso em casa, na cidade de Mariano Moro (RS), no dia 30/04/1964, pela PM gaúcha, sob acusação de participar de atividades políticas contrárias ao regime".⁶⁹ Segundo um relatório da Delegacia Regional de Polícia, "ele era presidente do "Grupo dos Onze" e fora enquadrado no Art. 24 da LSN."⁷⁰ Enquanto esteve preso, "sofreu torturas físicas em todo corpo, inclusive órgãos genitais, afogamento em água gelada e choques elétricos, e também torturas psicológicas, permanecendo nu e incomunicável durante todo o período de detenção".⁷¹

Na imagem que segue é possível perceber que o discurso de Gonçalino era um tanto descolado de sua atuação. Enquanto é acusado por muitas pessoas de ter cometidos as mais variadas atrocidades enquanto esteve no comando do Destacamento Volante, ele afirma apenas estar agindo para garantir a ordem comunidade.

⁶⁶ ZAMBONATTO, 1997, p 43

⁶⁷ ZAMBONATTO, 1997, p 43

⁶⁸ ZAMBONATTO , 1997, p 46

⁶⁹ http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/306

⁷⁰ Idem

⁷¹ Idem

Aqui estamos para dar segurança e tranquilidade)

consolante do Destacemento Volante da Erigada Militar—
consolante do Destacemento Volante da Erigada Militar—
consolante do Destacemento Volante da Erigada Militar—
consolante de Brizola, era a revolução commissão» — «Nos
consolante da Brizola da Consolante da

Figura 7: Jornal A Voz da Serra. 19 de maio de 1964.

Fonte: Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font

Esta imagem é da capa do Jornal A Voz da Serra, onde o Cel. Gonçalino seguidamente concedia entrevistas sempre com um lugar de destaque, como nesta edição. A manchete ainda destaca duas das frases que são a tônica do discurso de Gonçalino: "A revolução de Brizola era a revolução comunista" - "Nós estamos aqui a serviço do povo". Na contramão dos depoimentos prestados posteriormente, Gonçalino afirma ainda na entrevista que:

Dos presos políticos não o tenho absolutamente conhecimento de nenhuma agressão ou violência, e tenho quando na ocasião de pô-los em liberdade procurado um contacto pessoal com todos perguntando se sofreram alguma coação moral ou se foram maltratados e todos até agora têm sido unânimes em afirmar que têm sido muito bem tratados. (A VOZ DA SERRA, 19 de maio de 1964, capa)

O Cel. Gonçalino também pede para a população que vá até ele, alegando que somente com uma pesquisa aprofundada é possível saber quem são os elementos subversivos, quem é do PTB e quem são os comunistas, já que estes dois grupos, segundo ele, andaram fundidos nos últimos tempos.

Venham nos conhecer, não se deixem envolve por intrigas de quem tem esperanças numa reação ainda contra esta revolução que nos salvou do comunismo. E a verdade, quando falamos em comunismo ainda muitos do PTB, dizem não, nós não somos comunistas, nós somos do PTB mas a grande realidade que deve ser dita afirmada e que ninguém pode desmentir é que o PTB estava de tal maneira fundido com o comunismo, que só uma grande pesquisa é que pode distinguir aquêles que eram de fato do PTB e os que eram comunistas, os que se deixaram envolver por excesso de subordinação partidária. (A VOZ DA SERRA, 19 de maio de 1964, capa)

O coronel sempre teve bastante trânsito na imprensa, desde os tempos que trabalhava em Passo Fundo, por exemplo, onde já fazia "com que a imprensa local fosse caixa de ressonância do anticomunismo exacerbado de Curio de Carvalho, assíduo freqüentador dos jornais passo-fundenses." (BROTTO, p.142, 2005). No caso de Erechim, o jornal "A Voz da Serra", que iniciou suas atividades em 1929 por Estevão Carraro, tinha em 1964 como sócios os irmãos Geder e Gilson Carraro. A família era conservadoro e não tinha nenhuma simpatia pelo comunismo, sendo o patriarca Estevão, do PDS

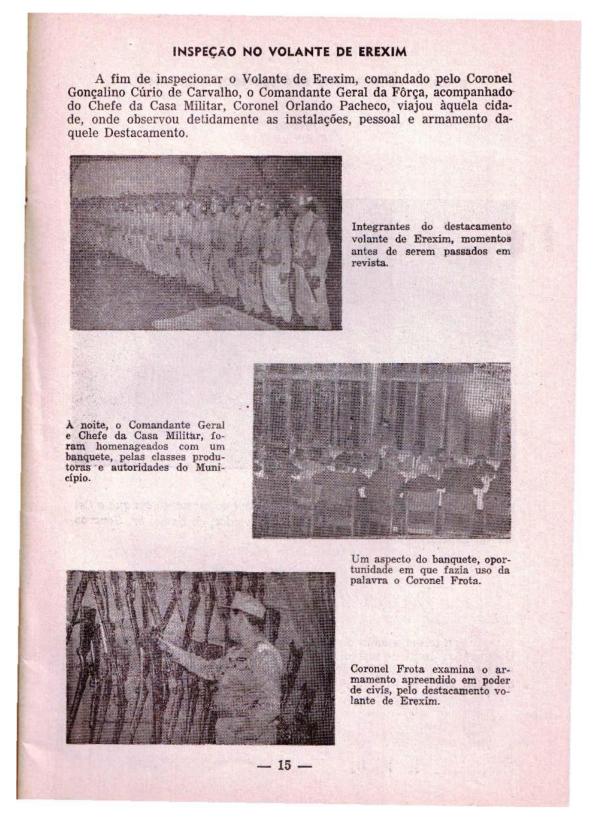
O coronel Conçalino, após seis meses na região de Erechim, retornou a Alegre Para trabalhar no GCG/QE. (Gabinete do Comando Geral/Quadro Efetivo). Em sua carta de despedida, publicada em 11 de outubro de 1964, afirmou nunca ter cometido ou ordenado qualquer tipo de violência a qualquer preso ou investigado e que seu relatório de serviço foi aprovado pelo governador do Estado. Segundo ele "As incompreensões, as maldades, as calúnias e reações que a princípio fomos alvos foram grandemente compensadas pelo carinho, fidalguia e solicitações para homenagens [...]." O Cel. Gonçalino agradeceu a comunidade dizendo sair com o sentimento de missão cumprida, mas também agradeceu ao jornal pela "colaboração que nos prestou aos esclarecimentos que se fizeram necessários divulgar". 73

O que se pode constatar nestas reportagem do jornal A Voz da Serra é o apoio às ações e a falta de questionamento sobre o trabalho do Destacamento Volante, ficando a cargo do Cel. Gonçalino mesmo apenas relatar o que aconteceu durante este período e se despedir. Os comentários sobre "possíveis" abusos da BM se limitam às reportagens sobre a CPI que visava apurar estes fatos, a que nos ateremos agora.

⁷² Jornal "A Voz da Serra", 11 de outubro de 1964, p. 1.

⁷³ Jornal "A Voz da Serra", 11 de outubro de 1964, p. 1.

Figura 8: Boletim informativo das realizações e episódios principais do Comando Geral da Brigada Militar durante o exercício de 1964



Fonte: http://aambm.org.br/root_content/uploads/2018/05/1964-GERAL-PESQ.pdf

Na imagem acima, o caráter militar da revista da tropa, os armamentos apreendidos de civis (armas de caça) e o jantar oferecido pelas "autoridades" do Município de Erechim. A quem interessava a presença militar no Município?

2.4 A CPI

Após alguns meses de atuação do Destacamento Volante na região norte do Rio Grande do Sul e com várias denúncias de arbitrariedade, a bancada do PTB pediu a abertura de uma CPI na Assembleia Legislativa para apurar a situação, com interesse em:

conhecer a organização e as atividades dos "Volante" na Brigada Militar do Estado e apurar fatos irregulares e praticas de chamados "Destacamentos violências" atribuídas ao Cel. Gonçalino Curio de Carvalho, no comando de um desses Destacamentos. (A VOZ DA SERRA, 25 de julho de 1964, contracapa.)

Os deputados queriam obter informações como o número de pessoas detidas, os locais onde eram levadas, qual o contingente do Destacamento, quantos veículos possuíam e tudo mais que pudesse agregar na investigação. Reproduzimos aqui trecho do requerimento dos parlamentares:

Particularmente na região de Erexim, essas tropelia chegaram a extremos insuportáveis, com a prisão arbitrária de centenas de pessoas, mantidas em presídios superlotados por vários dias e ate semanas, sem qualquer formação ou simples indicação de culpa. Segundo noticias já do amplo domínio publico, os Municipios de Erexim, Marcelino Ramos, Paim Filho, Getulio Vargas e outros, o ''Destacamento Volante'' sob o comando do Cel. Gonçalino Curio de Carvalho, ao invés de cumprir a missão de manter a ordem publica e de assegurar aquelas populações conhecidamente ordeiras a laborosas, um clima de trabalho e tranquilidade, implantou ali um regime de prepotência, de desrespeito a lei e as garantias individuais, gerando e levando pânico as famílias e submetendo-as a vexames e humilhações degradantes. Alem de outras violências inqualificáveis, modestos agricultores e respeitáveis chefes de família, foram carregados em caminhões de carga como animais ou malfeitores costumases exibidos pelas pelas ruas de vilas e cidades num espetáculo deprimente e desumano e a todos envergonha. (A VOZ DA SERRA, 25 de julho de 1964, contracapa)

É notável que a chegada das informações sobre os abusos cometidos tenham chegado à criação de uma CPI, visto o clima de repressão. Conforme Marli Baldissera, "Essa Comissão Parlamentar de Inquérito era pluripartidária, sendo formada por todos os partidos que tinham acesso à Assembléia Legislativa. A CPI iniciou seus trabalhos em 9 de setembro e encerrou-os em 13 de setembro de 1964. *O Nacional* publicou:

Procedente de Erechim, transitou ontem por esta cidade, rumando de regresso, hoje, a Porto Alegre, a Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Poder Legislativo do Estado.(...) Adiantou mais o parlamentar [Gudbem Castanheira, presidente da CPI] que em Erechim foram ouvidas cerca de 46 pessoas, arroladas para deporem no processo instaurado. (...) Caberá, agora, ao relator da CPI fazer pronunciamento, dando parecer em torno as peças contidas no aludido processo" (BALDISSERA, 2005, p. 140)

Na edição do dia 30 de agosto do jornal A Voz Da serra, é noticiada a visita da CPI em Erechim onde o "O deputado Darcilo Giacomazzi diz que esta na cidade "para apurar denuncias de possíveis arbitrariedades que tenham sido cometida pela força publica"." (A VOZ DA SERRA, 30 de agosto de 1964, capa.)

Figura 9: Jornal A Voz da Serra. 30 de agosto de 1964.



Fonte: Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font

Após termos tomado conhecimento da CPI através dos jornais, a pesquisa deveria se dar nos arquivos da Assembleia Legislativa. No Memorial do Legislativo, em Porto Alegre, se encontram os arquivos produzidos pela casa. Na caixa que contém as CPI's do ano de 1964 estariam quatro processos, como a imagem a baixo ilustra, no entanto um não estava lá, justamente a CPI para conhecer a organização e as atividades dos chamados 'Destacamento Volantes' na Brigada Militar do Estado e apurar irregularidades e violências atribuídas ao Cel. Gonçalino Curio de Carvalho, no comando destes destacamentos.

Figura 10: Relação de CPI's do ano de 1964.

CPI's	PROC.	REQ	PR
CPI para apurar irregularidades e tropelias praticadas pelas autoridades policiais no Município de Planalto.	200/64	1/64	***
CPI para apurar os fatos relacionados com a denúncia do Interventor Federal na V.F.R.G.S. de que "pressões do Deputado João Caruso prejudicavam o serviço e constrangiam a Direção da Rede a conceder favores, etc.	377/64	11/64	***
CPI para conhecer a organização e as atividades dos chamados "Destacamentos Volantes" na Brigada Militar do Estado e apurar irregularidades e violências atribuídas ao Cel. Gonçalino Curio de Carvalho, no comando desses destacamentos.	944/64	28/64	***
CPI para verificar ocorrências havidas nos Municípios de Lajeado, Cruzeiro do Sul e Estrela.	991/64	30/64	***

Fonte: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul

Se o acesso a esta documentação tivesse sido possível, certamente teríamos mais elementos ainda para discutir a atuação da BM e todos os desdobramentos causados por ela. No entanto, essa ausência, também é capaz de nos indicar algo. Seria um acaso este desaparecimento, por algum descuido ou extravio involuntário? Foi colocada em outra caixa para dificultar a pesquisa? Ou podemos estar lidando com algum caso de tamanha complexidade e que estes documentos foram propositalmente usurpados para não estarem disponíveis para a sociedade pois poderiam revelar algo indesejado? Esta pergunta infelizmente não conseguirá ser respondida neste momento, pois não sabemos o que aconteceu, os servidores responsáveis pelo arquivo também dizem não saber, a CPI sumiu sem deixar rastros e nos jornais consultados não houve divulgação dos seus resultados. Talvez

em algum momento futuro ela seja localizada e possamos acessar o que conclui a Comissão, mas por hora, ficamos com esta incógnita.

3. MEMÓRIAS DE PRESOS POLÍTICOS NO ALTO URUGUAI

Em 18 de novembro de 1997, Antônio Brito, Govenador do Rio Grande do Sul, sancionou a Lei nº 11.042, reconhecendo a "responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos e estabelece normas para que sejam indenizadas", referente ao período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. A indenização tinha como propósito atuar sobre as pessoas presas ou mantidas sob cárcere temporário e que tivessem sofrido "sevícias ou maus tratos, que acarretaram danos físicos ou psicológicos, quando se encontravam sob guarda e responsabilidade ou sob poder de coação de órgãos ou agentes públicos estaduais". ⁷⁴

Desde então, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) passou a dedicar atenção ao tema Ditadura Civil-Militar. "A primeira medida foi organizar a documentação referente a CPI da Espionagem Política ocorrida durante o governo de Alceu Collares", destaca Isabel Oliveira Perna Almeida, Diretora do Arquivo Público, quando da elaboração e publicação do "Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil" no ano de 2004. A documentação da referida CPI compôs o acervo da "Luta Contra a Ditadura", com livre acesso à pesquisa. Outro grande passo dado em torno do tema Ditadura Militar deu-se a partir de 2006 com a parceria entre a APERS, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS) e o Departamento de História para a realização de eventos acadêmicos e a elaboração do Catálogo a partir de 2012.

O Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil, resultado da parceria foi publicado em 2004. Contém informações de 1704 processos administrativos de indenização cujos pedidos foram formulados por familiares, acolhidos pela Secretaria da Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Sul que, após seu encerramento, foram recolhidos ao APERS. Em linhas gerais, aponta Izabel Oliveira Perna Almeida, os processos administrativos de indenização apresentam dados de suma importância para a história e memória da Ditadura Militar, pois:

trazem dados referentes a qualificação profissional do postulante, relato sobre datas, locais e duração da detenção ou prisão, depoimentos de tortura com os nomes dos torturadores, indicação de pessoas que presenciaram os fatos relatados, certidões expedidas por órgãos públicos, como folha corrida judicial, peças de inquérito

⁷⁴ BRANDO, Nôva Marques; et. all.. Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014. p.595.

policial-militar, de processo penal militar, prontuário policial, fotos, recortes de jornais, entre outros documentos.⁷⁵

Foi levando em consideração o conjunto de informações existentes no catálogo e nos processos, que este capítulo passou a ser pensado. Percebemos que as informações existentes sobre a atuação do Destacamento Volante da Brigada Militar (sob comando do Coronel Gonçalino Curio) possibilitavam refletir sobre o *modus operandi* do referido destacamento no Norte do Rio Grande do Sul. A decisão em utilizar as memórias dos presos políticos, de familiares, amigos e ex-militares existentes nos processos deu-se, sobretudo, após não ter havido êxito na localização do processo da CPI formada por parlamentares no Memorial Legislativo. Se tivéssemos acesso à CPI, os processos de indenização serviriam à nossa pesquisa como fonte complementar ou de contraposição às afirmações constantes no relatório da CPI (ou vice versa).

Com base nos processos de indenização a presos políticos coletados no APERS, tendo o Catálogo como instrumento de localização e compreensão do fundo documental, construímos um caminho para descortinar a atuação do Destacamento Volante da Brigada Militar, sediada em Erechim/RS, mas com atuação em vários municípios e comunidades do Norte do Rio Grande do Sul. Por terem sido movidos pelos familiares visando o acesso à indenização financeira e reconhecimento aos danos pessoais causada quando da perseguição, prisão, coação, tortura e vigilância após a soltura dos supostos inimigos em potencial, é necessário frisar que as memórias da Ditadura Militar que constam nos processos foram coletados por uma equipe de pesquisadores que, cuidadosamente, as trataram como testemunhos, visto que os depoimentos diretos dos presos políticos, salvo exceções, perderam-se com a morte.

Se o depoimento oral de um preso político necessita ser objeto de indagação pelo historiador, sobretudo pelo fato de que as memórias trazidas à tona são parte do que ocorreu (e não tudo o que ocorreu), resultado do esquecimento (involuntário ou intencional) ou do silêncio (o que pode e o que não pode ser contado quando da entrevista). É necessário atentarse ao fato de que as testemunhas ouvidas nos processos foram, salvo exceções, indicadas pelos familiares quando da construção da ação de indenização. Sobre a condição de ser/estar testemunha, sinaliza Paul Ricoeur: "é a pessoa que aceita ser convocada a responder a um chamado eventualmente contraditório", inserida em uma dimensão de "ordem moral destinada

⁷⁵ ALMEIDA, Izabel Oliveira Perna. "Prefácio". In: Almeida BRANDO, Nôva Marques; et. all.. Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 07.

a reforçar a credibilidade e a confiabilidade do testemunho, a saber, a disponibilidade da testemunha reiterar seu testemunho. Testemunha confiável é aquela que pode manter seu testemunho no tempo".⁷⁶

Esta "caça às bruxas", enxergando comunismo e subversão em qualquer ação que destoasse da opinião do regime, produziu casos de abuso e violação de direitos humanos, que é o de Arquimino Assmann, de Gaurama, um dos indiciados no processo 1.2.102.4.1, Sops/E⁷⁷, acusado de ser líder de uma lista de Grupo de Onze. O principal fato das autoridades chegarem até ele era a admiração por Brizola e escutar seus discursos no rádio, reunido com familiares e vizinhos.

"Arquimino ficou preso durante seis dias, queriam obrigá-lo a confessar que possuía armas escondidas no porão de sua casa. Ele não tinha armas e não confessou, mas foi amarrado no pau de arara, surrado e torturado até com pingos de gasolina, que caíam sobre a sua cabeça. Também não recebeu comida e nem água. Enquanto esteve preso, a sua casa foi invadida por homens armados, que procuravam por armas" (DIÁRIO DA MANHÃ, 22 e 23 de agosto de 1998, p. 13.)

A informação é do Jornal Diario da Manhã, que noticiou sobre este processo de indenização, que a exemplo de outros, estava tramitando na época.

No Catálogo *Resistência em Arquivo* localizamos dez casos envolvendo o Destacamento Volante da Brigada Militar, tendo o Coronel Gonçalino sido citado como responsável direto ou mandante da prisão, interrogatório, violências e torturas. É com base nestes casos que iremos montar o *modus operandi* do Destacamento Volante sediado em Erechim, através dos processos de indenizações concedidas a Albino Vizzoto, Antonio Angoneze, Doraci Qurino Bruschi, Bernardo Tesser, Walter Luiz Moro, Adão Barato, Leopoldo Chiapetti, Luiz Junichievski, Adyr Canceloo Faria e Adrues Xavier da Rocha.

3.1 **OS DETIDOS**

Walter Luiz Moro, ex Vice-prefeito, Vereador de Erval Grande (que teve seus mandatos cassados pelas acusações de participar do Grupo dos Onze e ser comunista, sendo perseguido politicamente) foi chefe de um Grupo de Onze. Aos 67 anos, Sr. Moro fez um relato dos acontecimentos a partir do Golpe de 1964, através de seu procurador

⁷⁶ RICOEUR, Paul. "O testemunho". In: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 174.

⁷⁷ http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/306

No dia 15 de abril, ao avistar uma escolta da Brigada Militar, aproximar-se de sua casa, escondeu-se e mandou a esposa avisar, que teria viajado para a cidade de Chapecó - SC, com que os policiais concordaram em não revistar a casa, a pedido de um dos brigadianos que era conhecido de Walter. Deixando com a esposa, um aviso para que deveria apresentar-se no dia seguinte em Erechim.

Apresentou-se em Erechim no dia 16 de abril do mesmo ano, quando foi imediatamente preso, com acusação de ser comunista e membro do Grupo dos Onze. Logo em seguida no dia 08 de maio de 1964, na sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Erval Grande, foi caçado seu mandato de Vice Prefeito e Vereador, que havia sido eleito em eleição direta e popular no ano de 1963. [...]

Com o acumulo de fatos negativos, não restou outra alternativa ao requerente a não ser fuga. AS humilhações eram tantas que numa noite resolveu carregar sua mudança e a família e fugiram para o estado do Paraná. [...]Os prejuízos foram enormes. Quanto a carreira política esta morreu em seu início, culminando com a cassação dos mandatos de vice-prefeito e vereador. Prejuízos econômicos e morais foram incalculáveis, inclusive para sua família.

Esse é um pequeno relato dos fatos ocorridos após o golpe militar de 1964, que nos atingiu em cheio, por seu eu político atuante, filiado ao PTB e chefe de grupo dos onze. (SJS, 2577-1200/02-7, 2002.)

Atrelado a este depoimento está o relato de João Francisco da Silva que, em 1964, era da Brigada Militar e participou da ação na casa de Walter Luiz Moro. De acordo com ele:

[...] no mês de abri de 1964, acompanhando um pelotão comandado pelo Coronel Gonçalino, fomos até o Tope da Serra, município de Erval Grande, para prender o Sr. Walter Luiz Moro. [...] No dia seguinte o Sr. Walter, apresentou-se ao comando em Erechim, tendo de imediato sido preso e interrogado pelo Coronel Gonçalino, sob acusação de ser chefe de grupo dos onze. [...] Lembro-me que durante os interrogatórios o Coronel Gonçalino era violento, torturava e humilhava os presos. (SJS, 2577-1200/02-7, 2002.)

Walter Luiz Moro tinha envolvimento com política, estava filiado ao PTB e integrava a um G-11. Uma das formas de atuação do Destacamento Volante era identificar, prender, interrogar os membros filiados do PTB e simpatizantes com vistas a delatar os membros dos G-11 existentes na região.

Mas a perseguição aos membros do PTB não era regra. Também ocorreram ações a pessoas que não tinham nenhum posicionamento político. Eis o caso de Antônio Agoneze, que foi preso para delatar as atividades subversivas de seu patrão. Conforme o testemunho de seu filho Irio Paulino Angonze:

Antônio Angoneze foi preso pelos militares do Estado do Rio Grande do Sul em 1964 e permanece detido na Delegacia de Policia de São Valentim por três dias. A referida prisão deu-se me razão de que ele era funcionário da granja de propriedade do Sr. Lido Oltramari e este era acusado de ser chefe do "grupo dos onze", ter um campo de aviação em sua propriedade e ter armas escondidas. Nos dias em que ficou detido apanhou, recebeu tortura física e psicológica, pois queriam que confessasse a respeito das atividades subversiva de seu patrão.[...]

Os policiais já praticavam violência ao chegar no local para prender, não esperavam chegar nas dependências da delegacia. E mais, insultavam e davam empurrões nos

familiares das vítimas, Adentravam nas residências destruindo tudo em busca de armamento[...]

Imagine o que significa a prisão nessa condição para uma pessoa de poucas posses que nunca teve envolvimento com partidos políticos e nem se manifestou a respeito, de repente ser preso sem nada dever, somente porque suspeitavam de seu patrão. (SJS, 006069-12.00, 1998)

Valdemiro Angoneze, filho de Antonio Angoneze, estava junto de seu pai quando da chegada do Destcamento Volante para interrogar seu pai na Granja:

Num determinado dia a granja foi invadida por dezenas de policias Militar, juntamente com alguns civis, armados de fuzis e metralhadoras, além de revólveres e bastões, diziam estar procurando as "armas do Brizola", o líder do "grupo dos onze" e passaram a vasculhar em todas as dependências, inclusive danificando armários e balcões que estavam fechados, cortavam as bolsas (sacas) dos cereais que se encontravam empilhados nos depósitos a procura de armas e nos depósitos a granel arrebentaram o assoalho com machados, para os cereais escorrerem para os porões, para assim terem a certeza da não existência de armas no meio do produto.[...] Meu pai, devido ao seu trabalho costumava alimentar-se muito bem e se cuidava muito, durante os três dias que esteve preso passou muita fome, constrangimentos, tortura física e psicológica e dormia no assoalho de uma cadeira improvisada (cubículo), pequena e com super lotação. Estas cadeiras eram de madeira se localizavam no Município de São Valentim, pois ali ficavam os que não eram chefes de tais grupos, os que eram tidos como chefes, considerados elementos mais perigosos, eram transferidos para o presidio de Erexim. Meu pai como não tinha informação nenhuma para dar, pois não sabia nada a respeito de armas, campo de aviação e, muito menos, se seu patrão fazia arte do "grupo dos onze" e, também porque seu patrão era tido como elemento suspeito, permaneceu mais tempo detido. (SJS, 006069-12.00, 1998)

Além de Erechim, Destacamento Volante também atuou em outros municípios próximos, como em Sarandi, no caso de Bernardo Tesser⁷⁸. De acordo com ele, teve sua residência invadida por soldados da Brigada Militar sob o comando do Cel. Gonçalino. Vasculharam todos armários e gavetas procurando armas, o que causou grande pânico em sua família. Uma situação inusitada no depoimento é a alegação dada por alguns soldados visando abrir uma geladeira: que Brizola poderia ali estar escondido.⁷⁹

Bernardo Tesser não estava em casa quando da visita dos soldados, pois estava trabalhando no Frigorifico Sarandi. Noutro dia, foi procurado por um oficial do exército em seu local de trabalho, aproveitando para lhe interrogar. Foi questionado se assistia palestras de Leonel Brizola nas sextas-feiras, o que confirmou, e ainda se fazia parte do Grupo dos Onze, o que disse saber que existia mas não sabia como funcionava. Bernardo ficou preso por 24

⁷⁸ SJS, 3652-122.00, 1998.

⁷⁹ SJS, 3652-122.00, 1998.

horas na Delegacia de Policia de Sarandi e sofreu maus tratos, e por este motivo foi indenizado.⁸⁰

No processo que trata da indenização a Doraci Querino Bruschi⁸¹, há o depoimento de Amantino Ferreira Borges, ex-soldado da Brigada Militar no município de Marcelino Ramos em 1964, que diz ter participado "ativamente da repressão e das prisões dos considerados subversivos da época participantes de grupo dos onze."

3.2 INTERROGATÓRIOS E VIOLÊNCIAS

No processo que trata da indenização a Doraci Querino Bruschi⁸², há o depoimento de Amantino Ferreira Borges, ex-soldado da Brigada Militar no município de Marcelino Ramos em 1964. Diz ter participado "ativamente da repressão e das prisões dos considerados subversivos da época participantes de grupo dos onze."

Doraci, junto com seu vizinho Hugo Ritter (ambos de Marcelino Ramos) tiveram a casa revistada a procura de armas e material subversivo. Foram levados para a Delegacia da mesma cidade e, ali interrogados pelo Cel. Gonçalino. Segundo depoimentos que constam no processo, tanto Doraci quanto de Amantino, sofreram violência:

Ao chegarmos em Marcelino Ramos, na Delegacia de Polícia, fui colocado em uma sala, onde havia diversas pessoas presas, onde se encontrava Nicanor Rodrigues de Almeida que era o chefe do grupo dos onze, que eu fazia parte. Passei o dia naquela sala que servia de sela, com roupa suja e pés descalço, como vim da lavoura. A noite do mesmo dia, não podendo precisar a hora, fui levado a presença de Coronel Gonçalino. Ao entrar na sala, onde havia dois brigadianos que fazia a guarda armados de fuzil o Coronel Gonçalino foi logo dizendo, agora você vai ver como é bom ser comunista, e me desferiu um tapa no rosto, tendo atingido meu nariz que passou a sangrar, com isto fui retirado da sala aos pontapés. (SJS, 2580-1200/02-0, 2002)

Corroborando com o depoimento de Doraci sobre o contato tido com o Cel. Gonçalino, foi coletado o testemunho do ex-soldado da Brigada Militar Amantino Ferreira Borges:

⁸⁰ SJS, 3652-122.00, 1998.

⁸¹ SJS, 2580-1200/02-0, 2002

No ano de 1964, por ocasião da Revolução em que militares tomaram o poder, participei da repressão e das prisões dos considerados subversivos da época e participantes de grupo dos onze. O comando geral era do Coronel Gonçalino, o qual comandava um pelotão de soldados oriundos da cidade de Erechim. Nas diligências, eu sempre acompanhava a escolta, pois conhecia toda a região[...] Os dois elementos Doraci e Hugo, foram presos e suas casas revistadas a procura de armas e material subversivo. Levados para a cidade de Marcelino Ramos, foram interrogados pelo Coronel Gonçalino, com humilhações, intimidados e maltratados, inclusive com tapas na cara. (SJS, 2580-1200/02-0, 2002)

Consta que Doraci e Amantino foram liberados no dia seguinte. Porém não poderiam sair da cidade. Deviam se apresentar semanalmente ao comando militar. Doraci relatou, ainda, que passou por isolado social pela vizinhança, pois todos tinham medo de manter relações com comunista.

O médico Adyr Cancello Faria⁸³ foi preso três vezes após o Golpe. O ex-soldado da Brigada Ary Alexandre Machado, referente à prisão do médico, informou que:

fez parte de uma escolta do Exército Brasileiro com a missão de prender em Vila Trindade, município de Nonoai, um médico de nome Adyr Cancello Faria, por subversão à segurança Nacional. Declaro ainda que chegamos na Vila Trindade, e cumprimos a determinação para prender o médido Dr. Adyr no hospital. O mesmo se encontrava na sala de cirurgia. Argumentou que era o único médico daquele hospital, porém nosso comando informou que tinham ordem de prendê-lo, e foi o que fizemos, o algemamos e o colocamos num jipão, o levamos para Passo Fundo, entregado-o no quarte da Brigada Militar daquele cidade. (SJS, 6605-1200, 1998.)

Conforme o histórico anexo ao processo de Adyr, ele havia sido:

Eleito para a Câmara de Vereadores de Nonoai e detentor do maior numero de votos entre os candidatos, Adyr Faria, com filiação no Partido Trabalhista Brasileiro - PTB -, foi alvo da ojeriza de seus inimigos políticos. O simples fato de ser integrante de um partido contrário ao governo vigente serviu para atrair denúncias e perseguições. Seu trabalho como único médico atuante na pequena Vila Trindade já não contava. Por três vezes foi preso. Contra ele pesou a acusação de pertencer ao histórico Grupo dos Onze. Para incriminá-lo mais ainda, seus oponentes buscaram no passado estudantil universitário sua devotada participação junto aos movimentos da esquerda do Estado.

O Sargento Inativo da Brigada Militar, Antônio João Fragoso Brum (que em 1964 era soldado destacado na patrulha da Reserva Florestal de Nonoai, localidade de Bananeiras), também presenciou a prisão do médico. Em seu depoimento, disse que:

Numa certa manhã, no mês de abril ou maio de 1964, chegou até o nosso acampamento, junto a Estrada Nonoai/Planalto, uma escolta de Brigada militar, comandada pelo Coronel Gonçalino, solicitando para que eu mantivesse sob custódia dois presos, lembro-me que um era o Dr. Adyr Cancelo Faria, médico da Vila Trindade, que era meu conhecido, o outro informaram-me que tratava-se de Leo Medina, e disseram que deveria permanecer ali até que voltassem, pois estavam numa

83 SJS, 6605-1200, 1998.

missão para prender outros comunistas, disseram mais que se não obedecessem a determinação, e poderia atirar nos mesmo. Como e era conhecido do Dr. Adyr, ele já tinha atendido familiares meus, fiquei com pena e mandei minha mulher fazer comida e os alimentei, pois a escolta só voltou para apanhar os presos já era madrugada do dia seguinte, não sabendo informar para onde foram levados, saíram rumo a Nonoai. (SJS, 6605-1200, 1998.)

Outro militar a prestar depoimento foi Ilo de Araújo Pinto, sargento da Brigada, entre 1962 e 1967, em Nonoai. Informou ter comandado o Destacamento Volante deste município e participado das diligências e prisões dos considerados subversivos. Ilo afirma ter assistido a uma das outra prisões de Adyr Cancello Faria e "que este esteve preso no Destacamento da Brigada Militar a nossos cuidados, e após remetido para a cidade de Passo Fundo, por ordens do Coronel Gonçalino." (SJS, 6605-1200, 1998.) Conforme o histórico do processo:

A primeira prisão foi efetuada pela Brigada Militar tão logo o golpe militar foi instalado. A segunda cassação de liberdade ocorreu devido a uma denuncia feita ao exército. Seus adversários, surpreendidos pela rápida liberação pelos órgãos de segurança, julgaram que havia fugido do quartel, onde se encontrava preso e denunciaram às forças militares sediadas em Passo Fundo. Perseguido na estrada por uma viatura do Exército, quando retornava de carro de uma visita a um amigo residente em Nonoai, Adyr Faria foi preso tão logo chegou em sua casa. Foi levado para a cela do Quartel da Brigada Militar de Passo Fundo, onde funcionava a Delegacia Especial Regional. Ali permaneceu incomunicável por um período de 48 horas. Após estes dois dias de prisão, foi-lhe concedido um salvo-conduto assinado pelo coronel comandante da Delegacia Especial Regional, Gonçalino Cúrio de Carvalho. Este documento, no entanto, não impedirá que pela terceira vez, o médico e vereador Adyr Faria sofra a truculência da perseguição poítica, num flagrante desrespeito aos direitos humanos, Desta vez, acompanhado pelo companheiro de partido, Leo Medina, ele foi levado para o Posto da Brigada Miltiar localizado na Reserva Indígena de Nonoai, onde permanece preso, durante um dia, prestando depoimentos. (SJS, 6605-1200, 1998.)

Em muitos depoimentos, marca presença o prejuízo econômico causado pelas prisões, já que muitos dos presos eram chefes de família, sendo alguns agricultores, e era deles que provinha o sustento da família. Além de não poderem trabalhar no período em que estiveram presos, há também a questão de serem taxados de comunistas e não conseguirem empregos posteriormente por desconfiança da população local. De acordo com Baldissera.

Algumas pessoas perderam seus empregos, como verificamos no ofício 219/64, dirigido ao Sr. Delegado Regional de Ensino, levando ao seu conhecimento que o professor contratado (...) organizou lista dos Grupos de Onze e tomou interesse em redigi- las; outro ofício dirigido ao Sr. Agente do IAPC, denuncia que (...), estabelecidos com escritório contábil em São Valentim, arrecadadores dessa agência, organizavam listas e atas dos chamados Grupos de Onze, recomendando que se tomassem as devidas providências. Outros, que possuíam mandatos políticos, perderam-nos, fatos noticiados pela imprensa local. (BALDISSERA, 2005, p 142)

No depoimento de Brunislava Juchinieviski consta que ela vivenciou quando seu esposo, Luiz Juchinieviski⁸⁴, foi perseguido juntamente com Ladislau Fisner, Paulo Moreto e outros porque pertenciam ao Grupo dos Onze e do PTB. Segundo ela, foram maltratados com empurrões e pontapés e levados ao Destacamento da Brigada Militar de Planalto. Depois, conduzidos ao Presídio de Iraí onde ficaram presos por cinco dias. Em decorrência da prisão e da agressões sofridas, Luiz passou a ter dificuldade para exercer suas atividades, o que levou a família a passar por privações dado a falta de condições de trabalho para produzir o sustento dos mesmos.

A violência empregada nestes casos é algo se ser destacado, se utilizando de variados métodos para degradar a condição humana dos presos. José Pedro Flores, em seu depoimento, declarou que seus vizinhos Luiz Juchinieviski, Paulo Moretto e Ladislau Fisner:

foram severamente perseguido e torturados pelo Coronel Gonçalino, Sargento Ari e Cabo Néri, por serem seguidores do "brizolismo" e terem participado do "Grupo dos 11", sendo chamados de comunistas, perseguidores, traidores e subversivos.

Declara ainda, que em decorrência de tias atribuições, viu que os mencionados senhores foram detidos e maltratados com tapas, pontapés, socos, cacetadas e submetidos, pelos mencionados militares, a fazerem serviços de judiarias como: de arrancar guanchuma com as mãos engraxadas, entrar e açudes com a água gelada, subir em árvores com espinhos (paineira) sem roupas e em seguida, algemados e levados aos empurrões para a sede da cidade e de lá conduzidos para o Presídio da Cidade de Irai/RS, onde permaneceram presos por um período de 05 dia. Mesmo depois de terem sido libertados do Presídio, também presenciei constantes revistas realizadas pelos policiais e suas residência a procura de armas, quando eram revirados todos os seus pertences, igualmente que or muitas vezes foram novamente presos e surrados e levados para o Destacamento Policial, mediante grandes constrangimentos e abalos psicológicos, pos os mesmos viviam atormentados e escondidos, sempre com perturbação e medo de uma nova prisão. (SJS, 2790-1200 /02-8, 2002.)

João Diniz da Rosa (militar aposentado), que se encontrava lotado no Posto da Brigada Militar de Planalto em 1964, confirma que Luiz Juchinieviski foi perseguido após o Golpe. Segundo ele, além dos maus tratos já relatados pelas outras testemunhas, Luiz, juntamente com outro presos, "recebia ordem de marcha e casso errassem o passo da marcha era surrado com uma espada". 85

⁸⁴ SJS, 2790-1200 /02-8, 2002. 85 SJS, 2790-1200 /02-8, 2002.

Segundo os dados do processo de Adrues Xavier da Rocha, ele foi preso no dia 8 de maio de 1964, no seu local de trabalho, a Cooperativa tritícola de Getúlio Vargas. A acusação era de ser pertencer ao Grupo dos Onze, ser comunista e subversivo⁸⁶.

O depoimento de Sidnei Simon dos Santos, que ficou preso junto com Adrues, revela os maus tratos sofridos enquanto estavam no presídio Municipal de Getúlio Vargas e às condições à que foram submetidos.

Fui colocado em uma cela ao final de um corredor e em uma ala isolada do Presídio, onde já se encontrava Darwin Menegaz. Pouco depois, outros chegaram e, ao final do dia, éramos (11) onze na pequena cela que somente dispunha de um banco de madeira chumbado na parede e uma vaso sanitário de chão. Não dispunha de pia, o piso era de concreto e a janela, na parte superior, somente permitia a entrada de luz e tinha a maioria dos vidros quebrados.

Passamos a primeira noite sem dormir e nos revezando no uso do banco ou caminhando dentro da cela para amenizar o frio que fazia, aumentado pela corrente de ar criada pela porta de grade a a janela praticamente sem vidros. Além do depoente, ocupavam a cela: Darwin Menegaz; Fiorelo Piazzetta, Adroes da Rocha,; Orlando Tagliar; Carlos Guimaâes, Orlando Zancanaro, Salvador Ferreira de Andrade, Getulio Uriarte, Pedro Lebedef e seu filho João Lebedef.

Coletivamente - Estávamos totalmente incomunicáveis. Somente tinham acesso à área onde nos encontrávamos, os membros da Brigada Militar. Não havia água para beber, e também, nos era vedado conversar. Qualquer tentativa de comunicação era objeto de ameaças pelo guarda armado, postado à porta da cela, mandando calarmos a boca e que "se não obedecêssemos", as coisas seriam bem piores.

Só fomos alimentados quase (24) horas depois e graças ao gesto humanitário de alguns cidadãos da comunidade que tiveram, por incrível que pareça, quebrar objeção dos responsáveis pelas prisões, que viviam em permanentes reuniões com o Cel. Gonçalino. [...]

Individualmente - Ao pedir água, ao final da tarde do dia da prisão, Pedro Lebedef, o mais velho do grupo, protestou contra a negativa do guarda que afirmou "que receberia água quando entendesse", e que ele, o guarda, "não estava nem aí para a sua sede". Poucos depois , um integrante da BM , invadiu a cela, vociferando em voz alta "que não aceitaria rebelião de presos" e identificado pelo guarda autor da reclamação, pegou Pedro Lebedef pelo pescoço e o levantou, tentando esganá-lo. (SJS, 6806-1200/98-0, 1998)

São parecidas as condições da prisão a que Walter Moro foi submetido em Erechim com as de Getúlio Vargas. Em seu processo, relata:

Tendo passado por diversos interrogatórios, submetido a torturas físicas e psicológicas, com todo tipo de humilhação Na cadeia não havia cama, tinha que dormir no chão, com jornais e uma pequena manta. A alimentação era fornecida somente duas vezes ao dia, e em pequenas quantidades.

Liberado no dia 06 de maio do mesmo ano, permanecendo no entanto com prisão domiciliar, proibido de afastar-se do município sem autorização do comando do Cel Gonçalino. Deveria ainda apresenta-se semanalmente na DP de São Valentim, para assinar o livro intitulado "Presença de elementos vigiados pela polícia", mais conhecido como livro ponto. (SJS, 2577-1200/02-7, 2002.)

⁸⁶ SJS, 6806-1200/98-0, 1998.

No estudo de Baldissera (2005), há também menção sobre as condições do cárcere em Erechim. No depoimento de um preso entrevistado por ela tem o relato:

Fui levado a uma sala grande, onde fiquei junto com outros quarenta presos. Não tínhamos colchões, dormíamos no piso mesmo. Passávamos o dia conversando e à tardinha rezávamos o terço, puxando por um professor do município de Paim Filho, que era negro e muito inteligente. Ao ver que os presos rezavam o terço, um tenente comentou: 'ué, comunista rezando? (BALDISSERA, 2005, p. 136)

No decorrer da análise destes processos, fomos constatando os mais variados métodos de maus tratos e humilhações a que os presos eram submetidos. No caso de Albino Vizzotto, do Município de Planalto, chegou a ficar preso em uma estrebaria. De acordo com o depoimento de sua filha, "À noite, a estrebaria era molhada para ficar ainda mais fria e causar mais sofrimento aos presos". Albino Vizzotto foi preso quando estava em um bar de propriedade de Izena Pavan Basso e Ricardo Basso, e o motivo era porque ele ser filiado ao PTB fazer parte da Associação dos Agricultores Sem Terras. O vereador Setembrino Damin, que foi eleito para a legislatura de 1960 à 1964 pelo então distrito de Planalto, declarou no processo que:

denunciei por diversas vezes, na Tribuna da câmara Municipal de Vereadores de Iraí, os abusos cometidos pelos integrantes do Pelotão Epecial de Vigilância Florestal da Brigada Militar (1º R.P.R Montada - 1º Esquadraão Pel Vig Florestal) tendo em seu comando o Cel. Gonçalino Curio de Carvalho, Tem Lacerda Sgt. João Ari Lopes, contra os colonos assentados em parte da área da Reserva Florestal de Nonoai, atualmente denominada de Quarta Seccçao. Na época eu exercia à vereança sob a sigla do Partido Trabalhista Brasileira - PTB. Também em Planalto as perseguições eram mais severas contra os colonos filiados ou simpatizantes desta sigla. Houveram várias prisões, a milícia armada usava e abusava de seu poderia tratando pais de família como marginais, prendendo estes em uma estrebaria de cavalos existente em anexo ao Posto Policial, localizado na saída da cidade com destino à Passo Fundo, comprometendo tanto a sua saúde física como psicológica. Inumeráveis e inomináveis todas as espécies de coação e humilhações que passaram aqueles que buscavam, nada mais, do que a legalização de sua situação fundiária. (SJS, 006552-11.00, 1998)

Sobre o *modus operandi* do Destacamento Volante, temos o relato de Ivone Salete de Marco. Assim como aconteceu com seu pai, aconteceu da mesma maneira para muitas outras pessoas. "Conforme os casos, a história acaba ou por se restringir a considerações sobre coincidências individuais, sem poder alcançar um panorama mais amplo, ou por se limitar a partilhar as opiniões que os homens das várias épocas tiveram sobre si mesmos." (GINZBURG, 1989, p. 73)

⁸⁷ SJS, 006552-11.00, 1998

Neste caso, é possível considerar que as "coincidências individuais" apontavam para o modo a que estes presos eram tratados, podendo alcançar, neste caso, a categoria de um "panorama mais amplo", já que aquilo que foi realidade para uns, foi também para outros.

Analisando todos os processos que compõem este trabalho, constatamos que de fato era muito parecido o modo da abordagem e as acusações. Segue trecho do depoimento:

Naqueles dias nebulosos, mais de trinta pessoa foram presas no Município de Planalto, basicamente pela acusação de serem subversivos e colaborarem para a derrubada do Governo. O modus operando da polícia local era sempre o mesmo, invadir as residência, revistar e revirar todos os aposentos e móveis e prender o patriarca da família. Desta forma a história de um é igual a história de todos, em especial àqueles que exerciam liderança sobre a comunidade. Desta maneira todos eram expostos a uma série de humilhação e difamação pública, reduzindo suas defesas dando espaço as ações truculentas da ditadura. Este é motivo pelo qual muitos documentos e declarações aqui anexadas são idênticas em seu testemunho e forma, a outras que integram pedidos feitos pelos demais companheiros. (SJS, 006552-11.00, 1998)

Leopoldo Chiapetti exercia uma liderança política na região de Mariano Moro, onde havia sido subprefeito e subdelegado, e devido ao seu envolvimento com os Grupos de Onze, foi preso e torturado sob o comando do Cel Gonçalino, mesmo estando bastante doente. Conforme o relato de Celso Testa:

Foi preso pelos policias militares do Estado do Rio Grande do Sul em Mariano moro e, permaneceu detido no presídio de Erexim por alguns dias sofrendo tortura, sevícias e maus tratos. Foi denunciado e respondeu processo na Auditoria Militar de Santa Maria, TEve extinta sua punibilidade em decorrência de seu falecmento, pois quando preso já se encontrava muito doente. Era um grande líder político na região de Mariano Moro, com a prisão e os barbarismos praticados a mando do Coronel Gonçalino Curio de Carvalho, tanto na prisão, como depois de liberado, permanecendo em prisão domiciliar por algum tempo, ficou abalado psicologicamente, sentia-se envergonhado, por que pessoa influente, de repente, verse acusado de subversivo, comunista. O povo da localidade apontava ele e seus familiares (assim como os outros que foram vítimas da mesma acusação) como indivíduos perigosos, bandidos, alguns até comemoravam quando passavam em cima dos caminhões da polícia nos desfiles que a polícia promovia mostrando-os pelas ruas da cidade. (SJS, 6066-1200/98-5, 1998)

Cerca de um ano após sua prisão Leopoldo veio a falecer. De acordo com sua certidão de óbito anexa ao processo, Leopoldo morreu no dia 21 de maio de 1965, tendo como causa mortis "Uremia – choque operatório". E provável que sua prisão acabou piorando seu estado de saúde, que não era bom, quando foi detido. Através de sua procuradora Luciana Oltramari, a esposa de Leopoldo requereu indenização e relatou os acontecimentos:

99/515 6066 1200/09 5 1009

Leopoldo Chiapetti, foi preso no dia 30.04.64 pela Polícia Militar do Estado do Rio Grand do Sul e libertado no dia 21.05.64, segundo comprova documento extraído do Arquivo Público do Estado anexo (doc. 1). Entretanto no dia 03.05.64 foi transferido da prisão sob custódia para o Hospital Santa Terezinha de Erexim, pois passou muito mal na prisão e teve de ser hospitalizado. Era um homem doente com problemas renais e devido a umidade e aos maus tratos e tortura sofridas, seu quadro agravou-se, conforme declaração do Sr. Jofre Loureau e do Hospital (docs. 02 e 03). Foi preso em sua residência de forma brutal, pois era considerado elemento perigoso pela sua liderança na localidade e na região. Levado à Delegacia de Polícia de Severiano de Almeida e depois conduzido ao Presídio de Erexim onde permaneceu sob a custódia da Polícia Militar, sendo torturado física e psicologicamente, permaneceu incomunicável numa cela úmida e fria, deixaram-no nu e batiam em todo seu corpo, inclusive nos órgãos genitais, afogamentos em água gelada, tudo isso para arrancar confissões sobre o chamado "grupo dos onze" e armas que pensavam estar escondidas em algum lugar, pois era o presidente do grupo, declarações inclusas (docs. 02 e 04) (SJS, 6066-1200/98-5, 1998)

De acordo com documento anexo ao processo, expedido pela Delegacia Regional de Erechim em 30 de abril de 1964, dia em que foi preso, "Leopoldo Chiapetti aceitou a incumbência de chefe do Grupo e não resta dúvida que é um dos cabeças desse movimentos e nessa lista". (SJS, 6066-1200/98-5, 1998)

Neste mesmo documento ainda consta considerações sobre o Grupo dos Onze e sobre a prisão de Leopoldo:

À guisa de ilustração, iremos aqui salientar o seguinte: o Grupo dos Onze é uma organização que se assemelha a tipo (não legível, presume-se "para-militar")militar, o que em assunto militar, que dizer Grupo de Combate (parte não legível)...O que poderá ser com armas ou não, fardas ou não, mas com finalidades combativas constituídas por partidos ou particulares, em assim o sendo a constituição de tais grupos tinha algumas nacionalidade, e como dito inicialmente, parece enquadrar-se perfeitamente no citado artº 24 da Lei de Segurança Nacional. Leopoldo Chiapetti acha-se prêso desde hoje, sendo a sua prisão comunidade à Chefia da Polícia, isto porque o referdio cumpliciado aparece como líder, condutor daquele grupo, quer pelo prestígio pessoal, como ainda por ser elemento influente naquele distrito [...]. (SJS, 6066-1200/98-5, 1998)

A viúva de Leopoldo ainda relata que devido à prisão e hospitalização dele, a família passou por grandes dificuldades, tendo que vender seus bens pois tinha que dar de comer a seus filhos (dez no total, três menores de idade), pagar as despesas médicas de Leopoldo, e também de sua filha de 7 anos, que por não aceitar a prisão e posterior morte do pai, passou por diversos problemas. (SJS, 6066-1200/98-5, 1998)

Como em diversos casos, após o prisão e tortura, o acusado tinha que se apresentar uma vez por semana às autoridades. No processo do ex-preso político Adão Barato, temos o depoimento de sua filha Neida Barato Antoniolli, requerente da indenização. Segunda ela

Adão Barato foi preso no dia 03.04.64 pela polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul e liberado no dia 07.04.64, segundo comprova documento extraído do Arquivo Público do Estado anexo (doc. 01). Entretanto na primeira filha do inquérito policial em anexo (doc. 02), o n. 136/64, datado de 08.05.64, diz o que se transcreve:

"Levo ao seu conhecimento que nesta data foram liberado os seguintes indivíduos para esta Regional, entretanto, os mesmo deverão se apresentar todos os sábados, em hora de expediente e aporem suas assinaturas"

Como se vê o pai da requerente foi preso duas vezes, 03.04.64 e liberado em 07.04.64. E a segunda vez não se sabe a data da prisão, somente se em data da liberação, ou seja 08.05.64. ou então, foi preso em 03.04.64 e liberado em 08.05.64. Os dados são confusos. Foi preso em sua residência e levado a Delegacia de Polícia de Severiano de Almeida e depois conduzido ao Presídio de Erexim onde permaneceu sob custódia da Polícia Militar Estadual, sendo torturado física psicologicamente, estas eram praticadas pelos policiais sob o Comando do Coronel Gonçalino Curio de Carvalho e se resumiam em pontapés, banhos em água fria em mangueira (era inverno), deixavam sem alimentação, coronhadas, isso tudo para arrancar confissões sobre o chamado "grupo dos onze", pois o pai da requerente fazia parte de um grupo. (SJS, 5855-12-00/98-3, 1998)

Se estas pessoas foram presas em situações semelhantes, com acusações semelhantes e submetidas a condições semelhantes, conforme os processos e as referências bibliográficas consultadas, além dos indícios e das pistas, a narrativa que construímos deveria apontar para isso. E para Ginzburg, "Isso porque é evidente que o historiador estabelece conexões, relações, paralelismos que nem sempre são diretamente documentados, isto é, são na medida em que se referem a fenômenos surgidos num contexto econômico, social, político, cultural, mental etc. comum - contexto que funciona, por assim dizer, como termo médio da relação." (GINZBURG, 1989, p. 73)

O envolvimento, ou suspeita de participação em Grupos dos Onze custou caro para muito mais pessoas que estas aqui citadas, sendo estes 10 processos uma amostragem de como as forças da repressão atuaram para desmantelar qualquer possibilidade do que eles imaginavam serem grupos preparados para um enfrentamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Destacamento Volante da Brigada Militar, atuando na região Norte do Rio Grande do Sul, sob o Comando do Coronel Gonçalino, foi o principal responsável por cerca de 200 prisões arbitrárias e desrespeito aos Direitos Humanos. O objetivo deste estudo foi o de investigar que agentes sociais tiveram algum tipo de envolvimento com movimentos contrários ao Golpe, e como foram reprimidos através do aparato militar do Estado. Também objetivamos entender a metodologia de atuação o Destacamento Volante, ou seja, qual era o modus operandi que este batalhão tinha para fazer a patrulha ideológica da região e a que tipo de violências os presos políticos foram submetidos. Nestes pontos alcançamos o nosso objetivo, pois ficou claro que a maior preocupação das forças policiais naquele momento eram os Grupos de Onze, a principal acusação da maioria dos casos. Muitos dos presos realmente tinham envolvimento com tais grupos e assinaram ou organizaram listas, pois acreditavam nas Reformas de Base e achavam realmente estar fazendo algo de positivo, no entanto, outros apenas por serem amigos de pessoas que tinham alguma ligação com o PTB ou por simplesmente admirarem a figura de Leonel Brizola foram presos e tratados como bandidos da maior periculosidade contra a segurança nacional. Quanto a atuação do Destacamento Volante da Brigada Militar, era sempre parecida: chegava nas residências intimidando os moradores, revistava toda a casa a procura de armas ou material considerado subversivo, prendia o acusado, além de humilhar e por vezes agredir o restante dos familiares.

Após a prisão, nas delegacias ou nos presídios, aconteciam os interrogatórios a base de torturas físicas e psicológicas, em alguns casos durante alguns dias, em outros durante semanas. Após liberados, estes cidadãos deveriam se apresentar semanalmente às autoridades e assinar uma espécie de livro ponto.

Também tínhamos a intenção de conhecer mais sobre a biografia do Cel. Gonçalino Curio de Carvalho, que espalhou os mais diversos tipos de sentimentos e ressentimentos na população local, principalmente o medo. No entanto o acesso a essas informações foi difícil e mesmo as circunstancias de sua morte são misteriosas, tendo apenas um relato documental que encontramos alguma menção a isso, no depoimento de Sidnei Simon dos Santos, que trata do processo de Adrues Xavier da Rocha⁸⁹, em que ele diz que o "Cel. Gonçalino que

⁸⁹ SJS, 6806-1200/98-0, 1998)

comandou toda a operação na região de Erechim, se suicidou. Afirmam alguns, que em decorrência de armamentos que apreendeu e desviou em proveito próprio."⁹⁰

As fontes jornalísticas acessadas, como o jornal A Voz da Serra, nos dão uma noção de como a imprensa da época tratava a situação, dando espaço sempre que solicitado para o Cel. Gonçalino falar sobre sua atuação, porém, sem nunca se ter um contraponto. As seguidas manchetes sobre o avanço do comunismo e o perigo deste para o Brasil acabava criando um imaginário de que os grupos de esquerda tinham proporções muito maiores do que realmente tinham. O próprio caso da CPI, apesar de noticiada a sua instauração, não teve maiores atenções em relação ao seu desfecho. A documentação desta CPI que inclusive é um mistério, pois quando tentamos acessa-la no Memorial do Legislativo, ela não estava no local que deveria estar, não sabendo os funcionários do acervo explicar onde ele foi parar. Este corpus documental nos daria mais elementos para uma discussão, sabendo o que foi apurado na "CPI para conhecer a organização e as atividades dos "Volante" na Brigada Militar do Estado e apurar fatos irregulares e praticas de chamados "Destacamentos violências" atribuídas ao Cel. Gonçalino Curio de Carvalho, no comando de um desses Destacamentos.", como foi chamada.

Os processos de indenização consultados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul nos permitiram ter acesso à memoria de ex-presos políticos, familiares ou testemunhas dos fatos, sendo possível, juntamente com o cruzamento de estudos da historiografia sobre o tema, fazer uma narrativa histórica daqueles acontecimentos.

Podemos apontar como resultado deste trabalho uma contribuição para a história de Erechim e região no sentido de resgatar aquilo que muitos querem que seja esquecido, mas que quem sentiu ou teve conhecidos envolvidos, até hoje tem um sentimento de injustiça.

O mito de que a Ditadura não teria chegado ao interior do Brasil, tendo a repressão focada somente nos grandes centros não se sustenta, pois como vimos aqui, pequenas cidades e comunidades também foram alvo de preocupação e perseguição dos militares.

A discussão sobre o tema não se esgota aqui, tendo ficado certamente aspectos a ainda serem trabalhados, na busca cada vez mais por documentações inéditas e até entrevistas com pessoas que ainda possam contribuir com o assunto.

⁹⁰ SJS, 6806-1200/98-0, 1998)

No final das contas sobrou violência contra estas pessoas que foram duramente perseguidas por pensarem diferente ou supostamente terem agido contra aqueles que ocupavam o governo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Izabel Oliveira Perna. "**Prefácio**". In: Almeida BRANDO, Nôva Marques; et. all.. Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil. Porto Alegre: CORAG, 2014

ARAÚJO, Maria Paula. A Utopia Fragmentada. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 12ª ed, 1986.

ARRUDA, José Jobson de A. PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e História do Brasil.** São Paulo: Ática, 1995.

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos.** IN: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

BALDISSERA, Marli de Almenida. **Onde estão os Grupos de Onze?: Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

BARROS, José D'assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2010.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. IN: FERREIRA, Jorge. NEVES, Lucilia de Almeida (org.). O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. São Paulo: Civilização Brasileira, 2013.

BRANDO, Nôva Marques; et. all. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil.** Porto Alegre : CORAG, 2014.

BROTTO, Emerson Lopes. **Revisitando o PCB – Uma visão a partir do Norte do Rio Grande do Sul (1922/1948).** Passo Fundo, 2005.

BUENO, Eduardo. Brasil: uma história. São Paulo: Ática, 2002.

CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Hebe. **História Social.** IN: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CAPITANI, Avelino. **Da fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais ao rocesso de obtebção da anistia (1962 – 2003).** IN: BIZ, Osvaldo (org). **Sessenta e quatro: para não esquecer**. Porto Alegre: Litaralis, 2004.

DETOFFOL, Carolina. História da Resistência em Erechim, Gaurama e Viadutos entre 1964 e 1965. Monografia. Erechim: 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964:** a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 7ª ed, 2008.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2ª ed, 2014.

FERNANDES, Ananda Simões. A coordenação repressiva entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). In: PADRÓS, Enrique Serra. (org.). Cone sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. IN: FERREIRA, Jorge. NEVES, Lucilia de Almeida (org.). O tempo ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 22ª edição, 2012.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2ª ed, 2014.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONZALEZ, Sérgio. Grupo dos Onze: lembranças que contam a verdade histórica. IN: A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memoria. (Org.) PADRÓS, Enrique Serra. BARBOSA, Vânia M. LOPEZ, Albertinence. FERNANDES, Ananada Simões. Porto Alegre: Corag, 2010.

JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XIX de España Editores, Social Science Research Council, 2002. (Colección Memorias de la Represión).

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. **De Exército Estadual à Policia-Militar: o papel dos oficiais na policialização da Brigada Militar (1892 - 1988).** Tese (Doutorado). Porto Alegre, 2010.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 6ª ed, 1991.

MACHADO, Lia Osório. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n" 8, 2000.

NEME, Emílio. "Capitão, vamos trabalhar juntos ?" IN: A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memoria. (Org.) PADRÓS, Enrique Serra. BARBOSA, Vânia M. LOPEZ, Albertinence. FERNANDES, Ananada Simões. Porto Alegre: Corag, 2010

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969).** Petrópolis: Vozes,1976.

PACHECO, Diego. **Derrotados e usurpados: os Grupos dos Onze Companheiros.** IN: BRANCHER, Ana Lice. LOHN, Reinaldo Lindolfo. **História na ditadura: Santa Catarina: 1964-1985.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

PACHECO, Diego. Ecos da Resistência: Os Grupos dos Onze e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964). Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012

PADILHA, Gisélia Monteiro. Conhecendo a farda do Batalhão Volante da Brigada Militar: Cerro Largo, 1964. Santa Maria: 2010.

PADRÓS, Enrique Serra, LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furação. IN: A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memoria. (Org.) PADRÓS, Enrique Serra. BARBOSA, Vânia M. LOPEZ, Albertinence. FERNANDES, Ananada Simões. Porto Alegre: Corag, 2010.

RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ªed, 2003.

RICCI, Rudá. A maior sindical do **Brasil:** estrutura sindicalismo papel do de trabalhadores rurais no pós-64. IN: FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Servolo. PAULILO, Maria Ignez. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

RICOEUR, Paul. "O testemunho". In: A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SCHILLING, Voltaire. **Brasil 1954-1964: do suicídio de Vargas ao Golpe Militar.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2013

SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Helio. 1964: Golpe ou contragolpe? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____, (b) **1964: Vinte anos de golpe militar.** Porto Alegre: L&PM, 1985.

_____, (c) O Poder Militar. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SILVA, José Wilson da. **O Tenente Vermelho.** Porto Alege: Tchê!, 3ªed, 1987.

SILVEIRA, Norberto C. G. da. **Reportagem da legalidade : 1961-1991.** Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação , 1991.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2°ed, 1984.

SZATKOSKI, Elenice. Os Grupos dos Onze: política, poder e repressão na Região do Médio Alto Uruguai – RS 1947/1968. Dissertação (Mestrado). Passo Fundo, 2003.

TAVARES, Flávio. 1964: O golpe. Porto Alegre: L&PM, 2014.

TODOROV, Tzvetan. Los abusos de la memoria. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

WASSERMAN, Claudia. O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, "celeiro" do Brasil. IN: **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memoria.** (Org.) PADRÓS, Enrique Serra. BARBOSA, Vânia M. LOPEZ, Albertinence. FERNANDES, Ananada Simões. Porto Alegre: Corag, 2010.

ZAMBONATTO, Aristides Agostinho. **Os meus Erechim**. Erechim: Editora São Cristóvão, 1997.

ZARDO, Murilo. **O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à "Operação Farroupilha".** IN: BATISTELLA, Alessandro. **O golpe civil-militar de 1964 no Sul do Brasil.** Chapecó: Argos, 2014

.

FONTES

JORNAIS

A Voz da Serra (Disponível no Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font - Erechim) Diário de Notícias (Disponível no Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font - Erechim)

IMAGENS

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Acervo oficial dos ex-governadores) – Porto Alegre

Memorial do Legislativo

BOLETINS DA BRIGADA MILITAR

Disponíveis no Museu da Brigada Militar – Porto Alegre

PROCESSOS DE INDENIZAÇÃO

Disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul

SITES

http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/306

http://historiaeavida.blogspot.com.br/2014/03/comicio-da-central-de-brasil.html

http://obrigadiano.blogspot.com.br/2014/12/visita-do-governador-meneghetto-ao.html

http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964

https://pt.scribd.com/doc/126121463/Onze-Cart-Ilha-1

http://aambm.org.br/root_content/uploads/2018/05/1964-GERAL-PESQ.pdf